



**Relatório de Gerenciamento de
Riscos
(Pilar 3)**

4º TRIMESTRE DE 2021

1. Sumário

Introdução.....	1
1. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos.....	2
1.1. KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais.....	2
1.2. OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	2
1.2.1. Modelo de negócio e perfil de riscos	2
1.2.2. Princípios corporativos da gestão de riscos	7
1.2.3. Canais de disseminação da cultura de riscos	10
1.2.4. Mensuração de riscos.....	11
1.2.5. Reporte de riscos.....	11
1.2.6. Teste de estresse	13
1.2.7. Mitigação de Riscos	13
1.2.8. Plano de recuperação.....	15
1.2.9. Metodologia de avaliação e mensuração dos instrumentos mitigadores	16
1.2.10. Governança de capital.....	16
1.2.11. Modelos internos	17
1.2.12. Metodologia de análise da suficiência de capital.....	18
1.2.13. Capital econômico	18
1.3. OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	19
2. Comparação entre informações contábeis e prudenciais	19
2.1. LIA: Informação das diferenças entre os valores contábeis e as exposições consideradas para regulamentação prudencial	19
2.2. LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco.....	21
2.3. LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	21
2.4. PV1: Ajustes prudenciais (PVA).....	22
2.5. Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis BRGAAP e Prudencial	23
3. Composição do capital	24
3.1. CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)	24
3.2. CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR).....	24
3.3. CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	27
4. Indicadores macroprudenciais	28
4.1. GSIB1: Caracterização de instituição financeira sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs).....	28

4.2. CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico	28
5. Razão de Alavancagem (RA).....	29
5.1. LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA).....	29
5.2. Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem.....	29
6. Indicadores de liquidez	30
6.1. LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	30
6.2. LIQ1: Indicador de liquidez de curto prazo (LCR).....	33
6.3. LIQ2: Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR).....	33
7. Risco de crédito.....	35
7.1. CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito.....	35
7.2. CR1: Qualidade creditícia das exposições.....	36
7.3. CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	36
7.4. CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	36
7.4.1. Exposições por região geográfica.....	36
7.4.2. Exposições por prazo remanescente de vencimento.....	37
7.4.3. Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por região geográfica.....	38
7.4.4. Exposições por faixa de atraso	39
7.4.5. Exposições reestruturadas	39
7.4.6. Maiores exposições.....	39
7.5. CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	39
7.6. CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	40
7.7. CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	40
7.8. CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR) 41	
8. Risco de contraparte (CCR)	41
8.1. CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada 42	
8.2. CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco.....	42
8.3. CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	42
8.4. CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito 43	
8.5. CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais.....	43
9. Exposições de securitização	44

9.1.	SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização	44
9.2.	SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	45
9.3.	SEC2: Exposições de securitização classificadas de negociação	45
9.4.	SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora de securitização	45
9.5.	SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora.....	46
10.	Risco de mercado	46
10.1.	MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado.....	46
10.2.	MR1: Abordagem padronizada – fatores de riscos associados ao risco de mercado.....	49
10.3.	MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos.....	49
10.4.	MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT	50
10.5.	MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	50
10.6.	MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético.....	51
10.7.	OPD: Operações com derivativos	53
11.	Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).....	53
11.1.	IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB.....	53
11.1.1.	Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos.....	54
11.1.2.	Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)	54
11.1.3.	Sensibilidade do Valor Patrimonial (MVE)	55
11.2.	Risco estrutural de câmbio e ações e cobertura de resultados.....	55
11.2.1.	Medidas complementares.....	55
11.2.2.	Metodologia	55
11.3.	Sistema de controle	56
11.3.1.	Definição de limites	56
11.4.	IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	56
12.	Remuneração de administradores	57
12.1.	REMA: Política de remuneração	57
12.1.1.	Comitê de remuneração.....	57
12.1.2.	Estrutura de remuneração	57
12.1.3.	Definição da remuneração considerando riscos correntes e futuros	59
12.1.4.	Correlação entre avaliação de desempenho e remuneração	59
12.1.5.	Diferimento	60
12.2.	REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência.....	61
12.3.	REM2: Pagamentos extraordinários	61

12.4. REM3: Remuneração diferida	61
13. Outros riscos.....	62
13.1. Risco de concentração	62
13.1.1. A. Estrutura da Gestão de Riscos.....	62
13.1.2. B. Políticas de Riscos.....	63
13.1.3. C. Gerenciamento de Riscos.....	63
13.2. Risco de crédito das operações de mercado financeiro	63
13.3. Risco socioambiental	64
13.4. Risco operacional	66
14. Glossário.....	67

Introdução

O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela instituição. As gestões de riscos e de capital estão alinhadas com as melhores práticas de mercado e as diretrizes globais do Grupo Santander; além disto consideram as exigências e níveis regulatórios e econômicos.

O presente documento atende as exigências da Circular nº 3.930 de 14 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre a divulgação das informações quantitativas e qualitativas referente à gestão de riscos, à apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). O seu objetivo é fomentar a disciplina de mercado, permitindo aos distintos agentes avaliar a suficiência de capital das entidades.

Abaixo, seguem os principais indicadores apurados no fechamento do 4º trimestre do ano 2021 (data-base de 31 de dezembro de 2021) do Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Índice Capital Principal 11,6% <i>Trimestre anterior: 12,0%</i>	Índice de Nível I 12,8% <i>Trimestre anterior: 13,1%</i>	Índice de Basileia 14,9% <i>Trimestre anterior: 14,3%</i>	Razão de Alavancagem 7,9% <i>Trimestre anterior: 7,9%</i>
Capital Principal R\$ 69,9 bi <i>Trimestre anterior: R\$71,7bi</i>	Nível I R\$ 77,0 bi <i>Trimestre anterior: R\$78,7bi</i>	Basileia R\$ 89,6 bi <i>Trimestre anterior: R\$85,7bi</i>	RWA R\$ 600,7 bi <i>Trimestre anterior: R\$599,1bi</i>

Estas informações estão alinhadas com as das Demonstrações Financeiras da instituição, objeto de auditoria pela PriceWaterHouseCoopres Auditores Independentes e de relatório do Comitê de Auditoria.

1. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

Abaixo, seguem os resultados obtidos a partir da gestão de riscos e suas principais características.

1.1. KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em R\$ milhões	dez-21	set-21	jun-21	mar-21	dez-20
Capital regulamentar					
1 Capital Principal	69.920	71.722	73.062	72.732	71.006
2 Nível I	76.970	78.716	79.380	80.059	77.572
3 Patrimônio de Referência (PR)	89.561	85.679	85.688	87.354	84.126
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
4 RWA total	600.741	599.113	582.595	575.687	551.579
Capital complementar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal (ICP) (%)	11,64%	11,97%	12,54%	12,63%	12,87%
6 Índice de Nível 1 (%)	12,81%	13,14%	13,63%	13,91%	14,06%
7 Índice de Basileia (%)	14,91%	14,30%	14,71%	15,17%	15,25%
Adicional de capital principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,00%	1,63%	1,63%	1,25%	1,25%
9 Adicional de Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
11 ACP total (%)	3,00%	2,63%	2,63%	2,25%	2,25%
12 Margem excedente de Capital Principal (%)	3,81%	3,68%	4,08%	4,92%	5,00%
Razão de alavancagem (RA)					
13 Exposição total	972.893	995.411	982.446	1.025.933	1.009.250
14 RA (%)	7,91%	7,91%	8,08%	7,80%	7,69%
Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)					
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	148.950	140.990	138.987	153.721	164.197
16 Total de saídas líquidas de caixa	100.274	91.847	88.338	89.922	96.184
17 LCR (%)	148,5%	153,5%	157,3%	170,9%	170,7%
Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)					
18 Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	505.917	477.444	473.327	466.839	459.709
19 Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	452.900	448.239	430.856	423.550	402.857
20 NSFR (%)	111,7%	106,5%	109,9%	110,2%	114,1%

O aumento do índice de patrimônio de referência em relação ao trimestre anterior está influenciado pela incorporação do lucro líquido e realização de emissão de dívida subordinada. Cabe destacar que, a partir de 01.10.2020, que a exigência de capital passou para 11,0%, sendo mínimo regulatório de 8,0%, conservação de 2,0% e 1,0% de adicional sistêmico.

1.2. OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

1.2.1. Modelo de negócio e perfil de riscos

O modelo de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. (denominado "Instituição") é baseado na convicção de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação, gerando mais vinculação e atraindo novos clientes.

A atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas.

Com isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem. A Instituição é um banco Simples, Pessoal e Justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal.

- Gerar resultados de forma sustentável e rentável, com maior diversificação de receitas, considerando equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio de nosso robusto portfólio, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

Assim, a Instituição prioriza o crescimento com uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas, bem como o alinhamento com a agenda de desenvolvimento econômico e social do país.

A avaliação do modelo de negócio ocorre pela função de risco estratégico que é responsável pela definição da metodologia dos exercícios de identificação e avaliação do risco potencial dos planos de negócios, assim como pela área de Estratégia que também é responsável pela evolução da estratégia aprovada e seus resultados.

O risco estratégico é o risco associado às decisões de negócio tomadas pela Instituição e às mudanças das condições gerais e seu entorno, com impacto relevante no modelo de negócio e na estratégia a médio e longo prazo.

Este risco pode ser dividido em três categorias:

- **Risco de modelo de negócio:** abrange o risco do modelo de negócio estar desatualizado, apresentar mudanças no âmbito e atividades de operações de desenvolvimento corporativo, se tornar irrelevante e/ou perder a capacidade de continuar gerando os resultados desejados, sendo este ocasionado por fatores externos e internos:
- **Risco de concepção da estratégia:** é o risco associado à estratégia adotada incluindo a inadequação em sua natureza ou nos pressupostos contemplados, não levando aos resultados esperados. Também deve ser considerado o custo de oportunidade relativo a outra estratégia não aplicada, que poderia levar aos melhores resultados.
- **Risco de execução da estratégia:** é o risco associado à execução do plano estratégico. Os riscos a serem considerados incluem recursos inadequados, a gestão de mudança e a falta de capacidade de resposta a mudanças do entorno do negócio por fatores externos e internos.

Por último, na gestão e controle de risco estratégico devem ser considerados outros tipos de riscos de natureza não estratégica (risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, etc.) com caráter complementar e que afetam a estratégia do modelo de negócio. Esses riscos podem gerar um impacto significativo para a saúde financeira da Instituição e são classificados em:

- **"Top risks":** riscos com impacto significativo nos resultados, liquidez ou capital da Instituição ou riscos que podem gerar concentrações não desejadas.
- **"Emerging and evolving risks":** riscos com alto nível de incerteza, dificuldade de classificação e que não se manifestaram anteriormente ou foram avaliados de forma diferente.

A ferramenta Avaliação do Perfil de Riscos (RPA - Risk Profile Assessment) deve garantir a adequada cobertura dos riscos e proporcionar uma visão integral do perfil de riscos na atividade do negócio por meio da avaliação de perfil de risco da Instituição.

Esta avaliação é realizada semestralmente com base em métricas de performance, questionários qualitativos e exercícios, que geram relatórios com resultado, evolução e principais fatos por tipo de risco reportados à alta administração pelo Comitê de Controle de Riscos (CCR).

Outra ferramenta utilizada na gestão dos riscos é o *Apetite ao Risco* que corresponde ao nível máximo e tipo de risco que a Instituição está disposta a assumir, dentro de sua capacidade de risco, para alcançar seus objetivos estratégicos e o desenvolvimento de seu plano de negócios.

O *Apetite ao Risco* deverá permanecer abaixo do limite definido como o máximo nível e natureza de risco que a Instituição pode assumir sem comprometer sua viabilidade de funcionamento. O limite é determinado pela quantidade de recursos (capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas e capacidades de gestão) suficiente para desenvolver a atividade da Instituição diante das exigências dos *stakeholders* ou *grupos de interesses* (reguladores, governo, acionistas, investidores, clientes, funcionários, fornecedores e comunidade social).

A Avaliação do Perfil de Riscos (RPA - Risk Profile Assessment) e o *Apetite ao Risco* estão entre as principais ferramentas de gestão de riscos da Instituição, onde os riscos mapeados pelo exercício do RPA são diretamente e indiretamente considerados no *Apetite ao Risco*.

Enquanto o RPA contribui para o mapeamento geral dos riscos, o *Apetite ao Risco* apresenta métricas de acompanhamento dos riscos. Adicionalmente, a nota resultante do exercício do RPA é acompanhada sistematicamente pelo *Apetite ao Risco*, a fim de controlar e implantar planos de ação para manutenção do perfil de risco definido pela alta administração.

As duas ferramentas englobam os seguintes principais riscos relacionados no modelo de negócios:

- **Risco de Crédito:** risco de perda financeira decorrente de inadimplência ou da deterioração da qualidade do crédito de um cliente ou terceiros a quem a Instituição tenha concedido crédito diretamente ou com quem assumiu uma obrigação contratual. É o principal risco que impacta o Grupo e se encontra presente em todas as operações nas quais se gera uma obrigação de pagamento por parte de um terceiro à Instituição.
- **Riscos de Concentração:** ocorre em consequência de uma exposição elevada frente um número reduzido de contrapartidas, cujo comportamento de pagamento se encontra altamente correlacionado.

Em função do tipo de relação existente entre obrigações de pagamento, as operações podem ser agrupadas pelas principais características dos clientes:

- Setor: grupo de clientes que se dediquem a mesma atividade produtiva;
- Segmento: grupo de clientes definido por características/classificação semelhantes segundo a Instituição;
- Geografia: tipo de clientes por localização e origem;
- Produto: agrupamento de clientes em função do tipo de financiamento ou produto contratado.

O Risco de Concentração deve considerar também os riscos vinculados as grandes exposições creditícias indiretas, tal como: um emissor de garantias reais ou de clientes cujo ingresso depende de maneira significativa dos pedidos de uma mesma empresa que são provedores.

Os eixos considerados podem, portanto, variar na medida em que a experiência mostre outros tipos de relações significativas.

- **Risco de Contraparte:** é o risco creditício de caráter bilateral associado a instrumentos financeiros, cuja exposição ocorre pela evolução dos fatores de mercados subjacentes. Ou seja, tem caráter incerto.
- **Risco de Ativos Intangíveis, Ativos Fixos e Equity não negociação:** são riscos que não decorrem diretamente da atividade, sendo perdas potenciais pela desvalorização dos ativos tangíveis e intangíveis, e potencial perda pela deterioração das participações acionárias que a Instituição apresenta no balanço patrimonial.
- **Risco de Mercado:** é o risco que ocorre como consequência da possibilidade de mudanças nos fatores de mercado que afetem ao valor das posições de carteiras de negociação (trading book).
- **Risco ALM/Estrutural:** visa a análise de gaps das taxas de juros, focando nos descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da Instituição.
- **Risco de Pensão:** está relacionado à possibilidade de descasamento entre ativos e passivos atuariais (custos administrativos, ações e benefícios de previdência superarem a quantia agregada de cotas recebidas e a rentabilidade das destinações). Os elementos que afetam esse risco abarcam desde a mortalidade ou morbidez até a relação de pagamento de cotas, passando pela rentabilidade dos ativos que existirem.
- **Risco Operacional:** é definido como o risco de perdas devido à inadequação ou falha dos procedimentos, das pessoas, dos sistemas internos ou por eventos externos.
- **Risco Tecnológico:** são as perdas derivadas de incidências no negócio e falhas em sistemas. Estas incidências podem afetar hardware, software, telecomunicações, infraestrutura ou sistema elétrico. Também podem acarretar em problemas relacionados à guarda e segurança de informação.
- **Risco de Modelo:** é o risco relacionado às perdas originadas por decisões baseadas principalmente em resultados de modelos, devido a erros na concepção, aplicação ou utilização destes modelos. A materialização do risco de modelo pode acarretar em perdas financeiras, tomadas de decisões comerciais e estratégicas inadequadas ou danos à reputação da Instituição.
- **Risco de Liquidez:** está associado à capacidade da Instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.
- **Risco de Modelo de Negócio/Estratégia:** é o risco que os resultados se dispersem significativamente da estratégia ou plano de negócio da Instituição por mudança das condições

gerais do negócio e risco associado com as decisões estratégicas. Inclui o risco de uma interpretação inadequada das decisões ou de falta de capacidade de resposta a mudanças no entorno de negócios.

- **Risco de Reputação:** refere-se a um risco de danos à percepção da Instituição por parte da opinião pública, clientes, investidores ou qualquer parte interessada ou relacionada. Os impactos reputacionais podem se refletir por meio de perdas financeiras e não apenas financeiras ocasionado pelo impacto na imagem da Instituição frente a seus clientes acionistas funcionários e sociedade.

Entretanto, o elemento mais relevante do risco reputacional é a dependência dos fenômenos de amplificação que podem ser produzidos pelos meios de comunicação, nas redes sociais ou outros sistemas de difusão. Esta amplificação pode multiplicar o impacto reputacional de eventos menores e, inclusive, irreais.

- **Risco Socioambiental:** está relacionado às oportunidades de negócios quanto aos fatores socioambientais, promovendo um alinhamento entre os princípios e valores de RSC (Responsabilidade Social Corporativa) e os negócios do Grupo com seus clientes.

Os aspectos sociais ou ambientais, incorporados à análise de risco, são considerados nos negócios com clientes. A não observância dessa abordagem pode resultar em potenciais consequências diretas e indiretas, tais como: risco de imagem, perda de ativos, redução do fluxo de caixa, risco à saúde pública, perda de ecossistemas naturais, entre outros.

- **Risco de Ativos de Crédito Tributário (DTA):** risco decorrente de possível evento ou alteração na legislação vigente, que impossibilite a Instituição de usufruir do benefício do crédito tributário.
- **Risco de Contágio:** definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as organizações integrantes do conglomerado prudencial da Instituição (Conglomerado) decorrentes dos relacionamentos, contratuais ou societários, com outras organizações.
- **Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização:** são os riscos assumidos pela Instituição em relação aos compromissos previdenciários assumidos com os funcionários ou outras empresas relacionadas, incluindo o desembolso ou contribuições previdenciárias que a Instituição realize por qualquer natureza. O risco previdenciário inclui os cursos associados a quaisquer processos que gerem desequilíbrio atuarial, por iniciativa da Instituição ou não, a depender do produto (plano de contribuição).

1.2.2. Princípios corporativos da gestão de riscos

A atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo Santander, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

Todos os funcionários devem estar cientes de sua responsabilidade na identificação, gestão e report dos riscos, entendendo os riscos gerados por suas atividades diárias, evitando assumi-los quando os impactos são desconhecidos ou excedam o apetite ao risco. Um objetivo de risco deverá estar incluído nos planos de desempenho e remuneração das principais funções do grupo.

A Alta Administração deverá incentivar a gestão e o controle consistentes do risco por meio de sua conduta, ações e notificações. Ela deverá agir de acordo com todas as leis e regulamentos locais e reportar, de maneira adequada, qualquer descumprimento. Deverá promover e avaliar a cultura de risco regularmente e supervisionar a manutenção de seu perfil de acordo com os níveis definidos pelo apetite ao risco.

As funções de controle de risco devem desempenhar suas atividades de forma independente das funções responsáveis pela gestão de risco. As funções de controle de risco deverão ter acesso direto aos órgãos de governança que são responsáveis pela gestão de risco. A estrutura organizacional deverá garantir uma separação adequada entre as funções de gestão de risco e controle de risco.

A gestão e o controle de risco devem ser executados exaustivamente em todos os negócios e tipos de risco incluindo quaisquer impactos que possam surgir. A abordagem dos riscos deve ser prospectiva por natureza, considerando tendências no transcorrer de diferentes horizontes temporais e em diversos cenários.

A gestão e o controle dos riscos devem basear-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares. Isto permite que os riscos sejam identificados, avaliados, gerenciados e reportados ao nível apropriado.

O Grupo emprega o modelo das "três linhas de defesa" para a gestão e o controle do Risco:

- 1ª Linha: Gestão do Risco: Funções de Negócios e Suporte a Negócios que geram riscos e têm uma responsabilidade primária para a gestão desses riscos.
- 2ª Linha: Controle e Supervisão de Risco: Funções de Controle de Risco que controlam exposições aos riscos, proporcionam supervisão e questionamentos, além de permitirem uma visão holística do risco em todo o negócio.
- 3ª Linha: Avaliação do Risco: Auditoria interna que proporciona uma revisão independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizacional separada e um nível de independência, elas deverão cooperar, sempre que necessário, para garantir que os objetivos dos negócios sejam alcançados.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da alta direção nas tomadas de decisão;
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito;

Os objetivos da governança de riscos incluem:

- Permitir tomadas de decisões eficazes e eficientes sobre os riscos
- Supervisionar e garantir o adequado controle de riscos
- Verificar se os riscos são gerenciados de acordo com o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Com base nestes princípios e objetivos, a estrutura de governança é composta por comitês que atuam de acordo com níveis de alçadas pré-definidos.

Existem dois Comitês no nível do Conselho de Administração na instituição:

O **CA-Conselho de Administração** é o principal responsável pela gestão e controle de riscos. As principais responsabilidades incluem a aprovação do Apetite por Risco, do Marco Geral de Riscos, e a promoção de uma sólida cultura de risco.

O **CRC-Comitê de Riscos e Compliance** cuja responsabilidade é auxiliar e aconselhar o CA nas decisões dos principais temas inerentes à gestão de riscos.

Abaixo, seguem os Comitês no nível Executivo do Banco Santander:

O **CER - Comitê Executivo de Riscos** é o fórum de decisão local com representantes da alta gestão do banco, entre eles o CEO, o vice-presidente de riscos e os outros membros da comissão executiva. As principais atribuições deste comitê são:

- Viabilizar a cultura de riscos do Grupo Santander;
- Gerir a exposição do Banco Santander (inclusive empresas do conglomerado prudencial, quando requerido) em relação aos clientes, setores econômicos e tipos de risco;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Aprovar as métricas secundárias do Apetite de Riscos do Banco Santander;
- Definir as ações quanto às recomendações formuladas pelo regulador local;
- Aprovar normativa pré-definida de riscos, associadas à temas estratégicos;
- Acompanhar os principais indicadores dos Planos Estratégicos Comerciais dos segmentos;
- Revisar as alterações relevantes nos modelos regulatórios;
- Aprovar a criação, modificação e extinção de outros s órgãos de decisão de riscos hierarquicamente inferiores, aprovando seus respectivos regulamentos e delegando a estes órgãos ou pessoas específicas determinadas alçadas para a gestão de riscos;
- Proporcionar ao Comitê de Riscos e Compliance e ao COMEX a informação e a assistência que necessitem para o cumprimento de suas funções em matérias relacionadas à gestão de riscos.

O **CCR - Comitê de Controle de Riscos** é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o vice-presidente de riscos e o vice-presidente de finanças. As principais atribuições deste comitê são:

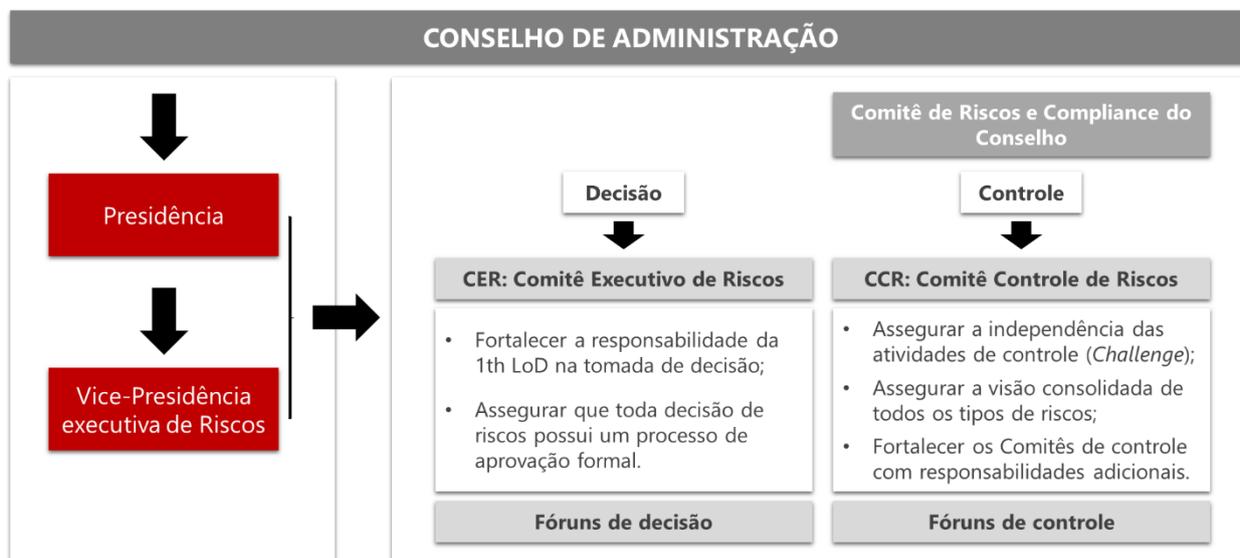
- Realizar um acompanhamento integral e periódico de todos os riscos (incluindo aqueles das empresas do Conglomerado Prudencial) comprovando se seu perfil encontra-se dentro do

estabelecido no apetite ao risco, planejamento estratégico, comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, assessorando-o sobre estes temas;

- Validar a informação sobre riscos que deva ser submetida ao Conselho de Administração quando assim se requireira, sem prejuízo do acesso direto do responsável pela função de riscos (Chief Risk Officer ou VPE de Riscos) ao Conselho de Administração
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Aprovar a normativa de riscos (políticas gerais e modelos de riscos), incluindo fóruns de tomadas de decisão, estruturas e relatórios, visando assegurar que todos os riscos relevantes sejam identificados, geridos e reportados ao COMEX e ao Conselho de Administração;
- Aprovar, revisar e contestar os planos estratégicos, financeiros, continuidade de negócios e de recuperação e resolução;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local;
- Proporcionar ao Conselho de Administração, através do Comitê de Riscos do Conselho, e à Comissão Executiva a informação e assistência que necessitem em matéria de riscos para o cumprimento das funções que em matéria de supervisão de riscos lhe atribuem a lei, os Estatutos, o Regulamento do Conselho e o regulamento do CCR;
- Aprovar a criação de fóruns de controle de riscos hierarquicamente inferiores e seus respectivos regulamentos;
- Realizar a análise e supervisão dos resultados dos exercícios de avaliação da suficiência de capital e seus principais componentes dos processos ICAAP, TEBU, Stress do Planejamento Estratégico;
- Detecção e comunicação de alertas sobre riscos relevantes, assim como de possíveis incumprimentos ou outros aspectos significativos em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.

Os temas de gestão de riscos são tratados conforme a estrutura de governança representada a seguir:



O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão de controle integral de riscos.

Principais cargos e responsabilidades:

- **Diretor Presidente (CEO-Chief Executive Officer):** o CEO é responsável pela gestão dos negócios e exerce os poderes delegados a ele pelo Conselho.
- **Diretor Financeiro (CFO-Chief Financial Officer):** o CFO é responsável pela gestão financeira da subsidiária e reporta-se ao CEO.
- **Diretor de Riscos (CRO- Chief Risk Officer):** o CRO é responsável pelo controle e supervisão de todos os riscos. Reporta e tem acesso direto ao Comitê de Riscos do Conselho e ao Conselho de Administração, que estabelece os objetivos do CRO.
- **Diretor de Compliance (CCO-Chief Compliance Officer):** o CCO é responsável pelo controle e supervisão dos riscos de conduta, conformidade e de reputação, e reporta-se ao CRO.
- **Diretor Executivo de Auditoria do Grupo (CAE-Chief Audit Executive):** o CAE é responsável por revisar independentemente a atividade da primeira e da segunda linha de defesa. O CAE reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria do Conselho e ao Conselho de Administração.

1.2.3. Canais de disseminação da cultura de riscos

A Cultura de Riscos, cujo conceito abrange os valores do banco e conhecimentos dos processos e modelos de gestão além de um protagonismo na antecipação dos riscos, visa, não somente reduzir perdas mas também gerar oportunidades a partir da adequada gestão dos riscos inerentes aos negócios. Ela se realiza e se dissemina através de um conjunto de normas, atitudes e comportamentos relacionados com a consciência dos riscos assumidos e gerenciados por todos da empresa. Para isto, o Santander criou uma identidade própria quanto a sua cultura de riscos (financeiros e não financeiros) chamada Risk pro, onde todas as unidades e funcionários do Grupo desenvolvem suas atividades com uma meta comum: Construir o futuro, através de uma gestão antecipada de todos os riscos e proteger o presente, através de um ambiente robusto de controle.

Principais canais, ações e ferramentas de disseminação da cultura de riscos:

- Utilização da intranet para divulgação de boas práticas; screen saver com mensagens objetivas sobre gestão de riscos; e publicação de todas as políticas e normativos de riscos.
- Realização da Semana de Riscos aberta a todos os funcionários do banco, promovendo interações e atividades voltadas à gestão de riscos, Compliance e segurança da informação.
- Processo de certificação de riscos fomentando o conhecimento e aprofundamento nos temas de riscos para todos os funcionários.
- Disponibilidade de cursos na Academia Santander direcionados à Gestão de Riscos para todo o Banco e também específicos aos profissionais de Riscos.
- Comitês de riscos com a participação da área comercial, entre outras, como mais um canal para aculturação da gestão de risco de crédito.

Além dos canais e ferramentas acima, promovemos um cenário de comunicação efetiva por meio da transparência e do diálogo aberto em toda a organização. Para isto, o banco disponibiliza diversos canais

de interação, denúncias e sugestões para os funcionários: Canal Aberto; Suspeita de PLD; É comigo Santander; Fale com Compliance, entre outros que ficam disponíveis na intranet ou via-mail, telefone e portal corporativo.

1.2.4. Mensuração de riscos

A Instituição possui processos de avaliação dos riscos que incluem a mensuração por meio de sistemas, modelos e controles robustos para atender as exigências e melhores práticas do mercado, assim como as regulamentações aplicáveis e vigentes.

1.2.5. Reporte de riscos

Para monitorar a eficácia do gerenciamento de riscos na Instituição, os principais informes e indicadores destacados abaixo são apresentados em fóruns da alta gestão de riscos que contam com a participação de membros de alta administração:

Apetite ao Risco

Esta ferramenta expressa a avaliação da exposição dos principais riscos por meio da Declaração de Apetite ao Risco, que é denominada de Risk Appetite Statement (RAS), considerando os mecanismos de gestão e controle que mitigam os riscos tanto no momento atual como nas expectativas futuras (condições normais e estressadas) por meio de métricas quantitativas e qualitativas.

A área responsável pelo controle do Apetite ao Risco realiza os seguintes principais reportes:

- Acompanhamento mensal das métricas e limites estabelecidos para cada tipo de risco, ressaltando as principais movimentações das métricas, a adequação do perfil de risco e os excessos ou incumprimentos do Apetite ao Risco, por meio de apresentação trimestral (mínimo) nos comitês: Comitê de Controle de Riscos (CCR), ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Conselho de Administração (CA). Além disso, planos de ação são definidos e monitorados sempre que ocorra algum excesso de limite ou alerta.
- Comunicação dos excessos das métricas do Apetite ao Risco à alta administração: Presidente de Riscos (CRO - Chief Risk Officer), Presidente de Finanças (CFO - Chief Financial Officer), Presidente do Comitê Executivo de Riscos (CEO - Chief Executive Officer) e Presidente do Comitê de Riscos e Compliance (CRC).
- Elaboração da proposta da RAS (Risk Appetite Statement ou Declaração do Apetite ao Risco) com aprovação anual, ou quando houver alterações significativas no modelo de negócios, estratégia, estrutura, ambiente de negócios ou regulações.

Avaliação do Perfil de Riscos (RPA)

A avaliação de perfil de risco da Instituição é realizada com base em métricas de performance, questionários qualitativos e exercício de risco estratégico.

A área responsável pelo controle do RPA realiza os seguintes reportes:

- Apresentação semestral dos resultados do exercício do perfil de riscos, os potenciais riscos que podem afetar o plano de negócios e principais ofensores por tipo de riscos consolidados no RPA para o Comitê de Controle de Riscos (CCR). Quando aplicável, ocorre a aprovação e o acompanhamento dos planos de mitigação dos riscos.

- Apresentação dos resultados do RPA como parte integrante do exercício regulatório ICAAP Comitê de Riscos e Compliance (CRC), Conselho de Administração (CA) e Comitê Executivo de Riscos (CER).

Acompanhamento da qualidade da carteira de crédito

Avaliação da qualidade das safras e evolução dos índices de inadimplência. Entre os principais indicadores estão: evolução das provisões, percentual de over 90, índices de cobertura e loss absorption.

Informe Mensal de Riscos (IMR) / Painel de Riscos

Demonstra o desempenho das principais métricas de cada tipo de risco e uma visão consolidada à alta administração.

Adicionalmente, existem frentes que contribuem no monitoramento da eficácia do gerenciamento de riscos:

A área de Riscos Operacionais & Controles Internos, por meio do Modelo de Controles Internos baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”), promove e monitora a qualidade e a transparência do ambiente de controles internos da Instituição, atentando para os normativos e melhores práticas, buscando o aprimoramento constante das metodologias de gestão de riscos, visando a correta divulgação das informações para órgãos reguladores e mercados, bem como para suportar as decisões da Alta Administração. Este é um dos processos chave para garantir a eficácia no gerenciamento de riscos.

A partir de instrumentos definidos, mensalmente são realizadas pela área de Controle e Performance de Riscos ações para gerenciamento dos Riscos Operacionais cabíveis à função de primeira linha de defesa dentro da VPE de Riscos. Tais atividades incluem o acompanhamento dos valores orçados para perdas e respectivo forecast, gestão e governança das recomendações de auditorias, garantia de aderência em treinamento e formação dos participantes das áreas de Riscos, monitoramento e manutenção das avaliações de riscos e controles internos, acompanhamento e reporte dos eventos de riscos operacionais, bem como a identificação de causa-raiz e seus impactos, análise de cenários críticos que possam gerar grandes impactos a Instituição, seja por perdas monetárias ou por riscos de denegrir sua reputação e garantia da implantação de planos de ação para mitigação de todos os instrumentos que apresentem desvios. A realização do conjunto dos instrumentos, que também são realizados pelas demais estruturas da Instituição em seu papel de primeira linha de defesa, visa garantir a eficácia no gerenciamento de riscos operacionais.

Adicionalmente, junto às diretorias de Riscos, são acompanhadas pela área de Controle e Performance de Riscos todas as recomendações apontadas pela Auditoria Interna. Com o objetivo de garantir tempestiva implantação dos planos de ação e proporcionar a governança do tema, mensalmente é realizado fórum para apresentação à Vice-Presidência.

A área de Riscos de Modelos é responsável por identificar e gerir os riscos de modelos, agregando valor em todo o ciclo de vida (desde o planejamento, desenvolvimento, implantação, monitoramento, validação e aprovação) e buscando sempre a eficiência e melhor desempenho. Os departamentos de Validação Interna compõem esta estrutura como 2ª linha de defesa, com o papel de fornecer uma opinião qualificada e independente para avaliar a eficácia dos modelos e metodologias, incrementando a mitigação dos seus correspondentes riscos.

Todos os procedimentos, controles e relatórios descritos ao longo deste capítulo em relação a todos tipos de riscos são apresentados nos comitês correspondentes, sustentando a eficácia da gestão.

1.2.6. Teste de estresse

Em conformidade à Resolução 4.557, do Banco Central do Brasil (que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações), faz-se necessária, por parte dos bancos, a estruturação de um programa de testes de estresse bem definido, que permita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos dos mesmos.

Assim, em conformidade à tal demanda regulatória, e em consonância ao compromisso do Santander Brasil de zelar por sua visão de longo prazo e por uma gestão de riscos que permita tornar a organização mais resiliente e capaz de atravessar diferentes cenários, inclusive os mais excepcionais, foi estruturada a Superintendência de Stress Test no banco, como forma de garantir a consistência da estimativa dos principais exercícios de estresse da instituição.

Os exercícios avaliados pela instituição englobam todo o conglomerado prudencial da instituição, a partir de cenários de estresse macroeconômicos (considerando cenários sistêmicos, de crises severas, e com origens tanto globais quanto locais), a partir de um arcabouço metodológico robusto, que envolve o uso de modelos estatísticos de PPNR (Pre Provision Net Revenues) - para a definição dos choques das principais linhas de resultados - e modelos de parâmetros de riscos para a projeção da provisão estressada.

Tais exercícios de estresse, além de atenderem aos requerimentos do Banco Central do Brasil, são utilizados ainda na gestão do banco, uma vez que a instituição apresenta, em suas métricas de apetite ao risco, acompanhamentos quanto à volatilidade de perdas da qual a instituição está disposta a se expor e a garantia da solvência do Santander mesmo em cenários adversos.

Assim, o exercício de estresse se torna parte importante do encadeamento dos exercícios gerenciais e estratégicos do banco, uma vez que parte importante do exercício do planejamento estratégico e de orçamento de resultado e capital da instituição envolve à adequação do perfil de risco projetado pelo planejamento aos limites e às restrições do RAS vigente.

1.2.7. Mitigação de Riscos

O Conjunto de Ferramentas de Gestão de Risco do Santander inclui uma série de processos chave e ferramentas concebidas para auxiliar no planejamento, identificação, avaliação, tomada de decisões e execução, monitoramento, mitigação e *reporting* de riscos.

Esse conjunto de ferramentas é formado por processos, exercícios e planos previstos nas devidas políticas e modelos operacionais do Grupo, conforme tabela a seguir:

Conjunto de Ferramentas

Declaração de Apetite ao Risco;
Plano estratégico, plano de três anos e orçamento;
Planos de Capital e Liquidez;
Continuidade do negócio e planos de contingência;
Plano de Recuperação;
Planos Estratégicos Comerciais;
Processos para a identificação e a avaliação dos riscos;
Modelos de risco, padrões de desenvolvimento e validação;
Testes de estresse e análise de cenário;
Reporting;
Governança de riscos (marcos, estruturas de comitês, políticas).

Os itens citados anteriormente são utilizados de forma a facilitar os seguintes processos para a gestão e controle de risco:

- **Planejamento:** Trata-se do processo de definição dos objetivos de negócio. Este deveria incluir a articulação entre os tipos e níveis de risco a que negócio está disposto e é capaz de aceitar para alcançar esses objetivos.
- **Identificação:** A identificação do risco é um componente fundamental para a sua gestão e controle eficaz. Todos os funcionários são responsáveis pela identificação dos riscos em suas áreas.
- **Avaliação:** Uma vez identificados, os riscos deverão ser avaliados, determinando a probabilidade, impacto e materialidade dos riscos sob diferentes cenários (base e estressados).
- **Tomada de Decisões e Execução:** As decisões são necessárias para gerenciar o perfil de risco dos negócios dentro dos limites acordados na fase de planejamento e para garantir que os objetivos do negócio sejam alcançados. As decisões de estratégia são também necessárias para a gestão dos riscos materiais e emergentes
- **Monitoramento da performance vs Plano:** Uma atividade essencial é monitorar o desempenho do negócio regularmente e compará-lo com os planos acordados. As avaliações deverão comparar o desempenho do negócio com todos os planos e limites de risco apropriados.
- **Ações para tratar desvios do Plano:** Se o monitoramento demonstrar que o desempenho sofreu ou provavelmente sofrerá um desvio, fora dos intervalos ou gatilhos definidos, deve-se

considerar uma ação de mitigação para que o desempenho retorne ou fique em níveis aceitáveis.

- **Reporting:** O processo de reportar os riscos inclui a elaboração e a apresentação de informações precisas e relevantes sobre a gestão, as quais devem dar um suporte eficaz ao planejamento, identificação, avaliação, tomada de decisões e execução, monitoramento e mitigação de riscos.

Todos os processos seguem padrões definidos por políticas e diretrizes específicas, estando de acordo com as melhores práticas de mercado e regulações vigentes. Além disso, os resultados das atividades de gestão e controle de risco deverão ser reportados, considerando tanto o acompanhamento normal quanto situações inesperadas que exijam um escalado urgente, aos fóruns e comitês apropriados para que as decisões possam ser tomadas.

1.2.8. Plano de recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1 (S1), como o Santander Brasil. Este documento tem como objetivo restabelecer níveis adequados de solidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática e tem periodicidade anual de revisão com o Regulador.

O Plano de Recuperação compõe o conjunto de mecanismos estruturais estabelecidos para medir, gerenciar e monitorar os riscos do Santander Brasil. Nesse sentido, o Plano de Recuperação é integrado, entre outras ferramentas, à Declaração de Appetite a Riscos, Risk Profile Assessment (RPA) e Processos Internos de Avaliação de Adequação de Capital (ICAAP).

Os principais objetivos do Plano são:

i. Identificação das funções críticas prestadas pelo Santander ao mercado, atividades que se interrompidas bruscamente possam impactar ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o funcionamento da economia real. E relação dos serviços essenciais, que são atividades, operações ou serviços cuja descontinuidade possa comprometer a viabilidade do banco.

- Estabelecer o programa de monitoramento, onde estão definidos os indicadores (de capital, liquidez, risco operacional, entre outros) e seus limites para a ativação da governança descrita no Plano.
- Elaborar cenários de estresse com hipóteses de deterioração da situação de capital e liquidez, com o objetivo de testar a capacidade de resiliência da instituição.
- Descrever o conjunto de opções de estratégias de recuperação que podem ser implementadas caso a instituição julgue necessário.
- Elaborar o plano de comunicação com o objetivo de garantir agilidade nas decisões de comunicação, buscamos garantir o acesso as informações para todas as partes interessadas.
- E por último, a governança, onde estão descritos os aspectos funcionais e de gestão de uma crise, possibilitando que a coordenação da situação seja eficaz e busque a breve normalização do cenário.

O Plano de Recuperação está integrado ao processo de gerenciamento de riscos do Santander. Ademais, conforme solicitado na Resolução 4.502, de 30 de Junho de 2016, o Santander Brasil tem definido um diretor responsável pela condução da normalização do cenário de crise severa, juntamente ao Presidente, ao Conselho de Executivos e ao Conselho de Administração.

Assim, o Santander Brasil destaca que possui instrumento que visa prepará-lo para enfrentar uma situação de crise, mesmo com probabilidade de ocorrência remota, com o objetivo de minimizar o impacto da crise sobre o Sistema Financeiro Nacional e sobre a sociedade.

1.2.9. Metodologia de avaliação e mensuração dos instrumentos mitigadores

Há uma área responsável pelo controle de todas as garantias, desde a contratação até a liquidação da operação de crédito, provendo o Banco com informações gerenciais e contábeis sobre o status das mesmas. Para atender a política interna de segregação de função, todas as operações aprovadas são re-formalizadas por um analista diferente do aprovador.

Os instrumentos de garantias são devidamente registrados de acordo com a exigência legal e as regras estipuladas por políticas de crédito. Este processo assegura que em caso de descumprimento das obrigações, o Banco esteja com os instrumentos adequados para a execução das garantias.

O acompanhamento das garantias é controlado por sistemas internos do Banco, que monitoram as operações e os casos identificados com insuficiência são devidamente reportados para as áreas envolvidas. Os saldos para as garantias dinâmicas são atualizados diariamente, possibilitando a devida recomposição.

A liberação da garantia ocorre mediante fluxo estabelecido de acordo com cada um dos produtos formalizados, sempre condicionado à verificação centralizada ou ao processo automático controlado via sistema.

1.2.10. Governança de capital

Em atendimento a Resolução nº 4.557, o Banco Santander passou a divulgar em <http://www.ri.santander.com.br/ri> – *Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital*, as diretrizes da governança que tange o tema de capital, assim como as atribuições das principais equipes envolvidas, atendendo as definições de linhas de defesa.

Além disto, vale salientar que Alta Administração participa ativamente nas definições e acompanhamento dos temas relacionados à capital:



1) Comitê de Controle de Riscos: responsável pelo acompanhamento dos aspectos relativos ao capital e à solvência.

2) Comitê Executivo (COMEX): são apresentados os resultados do processo de avaliação de suficiência de capital.

3) Comitê de Riscos e Compliance: revisa e acompanha a implementação do apetite a riscos assim como de políticas e metodologias de alocação de capital.

4) Conselho de Administração: é o órgão máximo da instituição, acompanha periodicamente a gestão de risco, resultado do teste de estresse e auto avaliação do capital.

1.2.11. Modelos internos

O Santander Brasil incorpora o capital na gestão de seus negócios, visando tanto o uso mais eficiente do capital disponível, quanto a sua maior rentabilização. Para coordenar esta atuação, existe área dedicada à Gestão de Capital, que é responsável pela integração do capital na gestão, suportando os negócios, por exemplo, no (i) monitoramento de consumo de RWA e de métricas de rentabilidade sobre capital, que permitem avaliar a performance de cada segmento, e na (ii) utilização destas métricas na precificação de novas operações.

Para que o arcabouço de integração na gestão funcione adequadamente, é essencial o desenvolvimento de metodologias e modelos que consigam discriminar diferentes níveis de risco. Neste âmbito, o Santander Brasil investe na implantação de plataformas tecnológicas e na manutenção de equipes formadas por profissionais qualificados de diferentes áreas para participar da especificação e do desenvolvimento dos modelos de risco e capital, que são insumos primordiais para gestão de capital.

Tais investimentos reafirmam o compromisso do Banco com a melhoria de seus modelos usados na gestão. Desta forma, as estimativas internas do capital são usadas não somente para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco, como também para gerir e comparar os negócios. Neste processo, há pleno envolvimento da Alta Administração através de Comitês, nos quais informa-se regularmente os avanços dos projetos e as implicações de suas implantações.

Em relação aos demais riscos tratados no Pilar I de Basileia, o Bacen autorizou, a partir de maio de 2018, a utilização de modelos internos para apuração do RWA para risco de mercado. Desta forma, a gestão da tesouraria é baseada em métricas de risco alinhadas ao modelo. Já para Risco Operacional, o Santander adota o método padronizado.

Adicionalmente, no cumprimento normativo do Pilar II de Basileia, o Banco Santander Brasil utiliza o modelo de capital econômico para o processo de autoavaliação de capital, incluindo todos os riscos de sua atividade. Isso inclui elementos não capturados pelo capital regulatório, como a concentração das carteiras ou a diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

1.2.12. Metodologia de análise da suficiência de capital

A gestão do capital considera os níveis regulatório e econômico (gerencial). O objetivo é alcançar uma estrutura eficiente em termos de custo de capital, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores.

Do ponto de vista econômico, o grupo utiliza um modelo interno de mensuração do capital com o objetivo de avaliar se seus recursos próprios são suficientes para suportar todos os riscos da atividade, em diferentes cenários econômicos, respeitando os níveis de solvência definidos pelo Grupo. Além disso, busca-se maximizar a “criação de valor” em cada segmento de negócio e no Banco como um todo. Para este fim, a gestão de capital e RORAC (retorno sobre o capital ajustado ao risco) é feita a partir de bases de dados criadas para permitir uma análise detalhada da criação de valor de cada segmento e suas subdivisões.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial projetar e analisar futuras necessidades, antecipando as várias fases do ciclo de negócio. Simulações de capital regulatório e econômico são feitas com base em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos elaborados pelo departamento de pesquisa econômica. Essas simulações são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de ações necessárias para atingir os objetivos de rentabilidade.

1.2.13. Capital econômico

O Capital Econômico é uma ferramenta fundamental para gestão interna e desenvolvimento de estratégias, tanto do ponto de vista de solvência como também de gestão de riscos de carteira e negócio.

O desenvolvimento de modelos internos de capital econômico também procura tratar restrições do capital regulamentar: sensibilidade ao risco e flexibilidade para a inclusão de novos produtos e negócios. O Banco Santander Brasil tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico cada vez mais robusto e integrado à gestão do negócio, permitindo maior precisão na gestão de riscos e melhor alocação do capital econômico por unidade de negócio.

Os principais objetivos da estrutura de capital econômico são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a rentabilidade sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado (criação de valor) de cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação no processo de revisão do Pilar II.

O cálculo do capital econômico é a mensuração interna de capital para fazer frente aos diversos riscos incorridos, considerando um intervalo de confiança de 99,95% superior aos 99,90% exigidos por Basileia II.

O perfil de risco no Banco Santander Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativo Imobilizado. Além disso, o modelo captura o risco de Ativos Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Créditos Tributários, permitindo ao Banco adotar um posicionamento mais

conservador e prudente. Por ser um banco comercial focado em crédito, a evolução dessa carteira exerce o maior peso na determinação do capital total.

O modelo permite mensurar os riscos mais significativos da atividade, bem como o efeito de diversificação entre eles. O conceito de diversificação é fundamental para entender o perfil de risco do Santander Brasil, pois torna o Banco menos vulnerável a situações adversas em diferentes mercados.

A instituição também faz o planejamento de capital econômico e regulamentar, considerando os diferentes cenários projetados pelo departamento econômico e os objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de pay-out, créditos, etc.). Esses indicadores permitem identificar oportunidades e definir estratégias de gestão de capital que permitam garantir a solvência e otimizar a rentabilidade do Banco.

1.3. OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR ¹
	dez-21	set-21	dez-21
Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	527.119	519.782	42.170
Risco de crédito em sentido estrito	460.081	454.524	36.807
Risco de crédito de contraparte (CCR)	20.346	18.926	1.628
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	17.555	15.643	1.404
Do qual: mediante uso da abordagem CEM	n/a	n/a	-
Do qual: mediante demais abordagens	2.791	3.283	223
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	10.685	9.388	855
Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes identificados	989	951	79
Cotas de fundos não consolidados – ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	n/a	n/a	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	24	25	2
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	3	3	0
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo de PR	34.991	35.965	2.799
Risco de mercado²	15.122	20.832	1.210
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	18.766	26.040	1.501
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	15.122	11.646	1.210
Risco operacional	58.500	58.500	4.680
Total	600.741	599.113	48.059

Leve aumento do RWA no período, principalmente pelo aumento do risco de crédito compensado parcialmente por uma queda no RWA de mercado. Estabilidade nas demais parcelas.

2. Comparação entre informações contábeis e prudenciais

Neste item, serão abordadas as diferenças entre os valores contábeis reportados nas demonstrações financeiras e as exposições sujeitas a tratamento regulatório prudencial.

2.1. LIA: Informação das diferenças entre os valores contábeis e as exposições consideradas para regulamentação prudencial

Considerando os diferentes propósitos e os requisitos regulatórios vigentes de consolidação para fins de elaboração das demonstrações do Conglomerado Prudencial e Financeiro, certas empresas do Grupo Santander são incluídas e excluídas, seguindo o critério adotado.

A principal diferença entre os valores contábeis e as exposições consideradas para a regulamentação prudencial é a não inclusão no Consolidado Prudencial de empresas não financeiras, dentre as quais empresas de serviços e seguradoras.

Destaca-se ainda que, em 2021, foi realizada a Cisão Parcial do Patrimônio Líquido do Banco Santander, em que o acervo cindido corresponde à Getnet. Dessa forma, a entidade deixa de integrar o conglomerado societário, permanecendo apenas no conglomerado prudencial.

O valor reportado em outras diferenças da tabela LI2 equivale às exposições não contábeis de risco de crédito e risco de crédito de contraparte.

Com base na resolução 4.277 de 31 de outubro de 2013, são considerados e calculados os ajustes prudências para consideração dos custos de liquidação de posições, spreads de crédito, custos de aplicação e captação de recursos, risco de pagamento antecipado, custos administrativos futuros, riscos operacionais, riscos de modelo e risco de concentração. A metodologia de apuração é realizada pela área de riscos de mercado, buscando as informações disponíveis de preços, dados de mercado e liquidez relevantes. As metodologias, procedimentos, controles e políticas dos ajustes prudenciais seguem os princípios estabelecidos por órgãos como BACEN e ECB. Todas as metodologias e procedimentos também são aprovados e recorrentemente revisados pelas áreas de validação, e sujeitos à verificação recorrente por auditoria interna e externa. O perímetro sujeito à análise da aplicação dos ajustes prudenciais compreende o conglomerado prudencial.

Sempre que disponível a mensuração do valor justo é feita considerando preços e dados de mercados relevantes. Na ausência destes dados, são utilizadas modelos para estimar com o melhor grau de precisão possível o preço e ajustes prudências justos. Os ajustes prudências são acompanhados e suas variações detalhadas em termos de variação do perfil da carteira, mudanças no cenário econômico ou mudanças no comportamento do mercado para determinado produto ou fator de risco.

O processo de verificação independente de preços (IPV) é realizado por equipe independente da equipe de apuração, também observando os preços e dados de mercado relevantes, e também é determinado por metodologias e procedimentos aprovados e sujeitos à verificação pelas áreas de validação e auditoria interna e externa.

O processo de IPV contrasta a marcação da equipe de apuração contra os dados disponíveis para observar possíveis discrepâncias ou potenciais marcações incorretas nos instrumentos financeiros.

Este procedimento ocorre tanto recorrentemente para os produtos já existentes como também é um item analisado no fluxo de admissão e implementação de novos produtos.

2.2. LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R\$ milhões

dez-21

	Cadoc 4040 ¹	Cadoc 4060 ²	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria				
			Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Outros ³
Ativos							
Caixa e equivalentes a caixa	16.419	16.710	16.710	-	-	16.710	-
Instrumentos financeiros	943.919	940.967	806.186	101.229	10	128.867	33.542
Operações de arrendamento mercantil	4	23	-	-	-	-	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-27.800	-28.289	28.289	-	-	-	-
Crédito tributário	34.061	34.623	34.623	-	-	-	-
Investimentos em participações em coligadas e controladas	11.454	8.211	8.211	-	-	-	-
Imobilizado de uso	11.025	11.659	11.659	-	-	-	-
Intangível	32.547	35.188	-	-	-	-	35.188
Depreciações e amortizações	-26.692	-28.659	-	-	-	-	-28.659
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	-	-
Total de ativos	963.376	990.386	849.099	101.229	10	145.577	40.070
Passivos							
Depósitos e demais instrumentos financeiros	861.447	634.053	-	-	-	64.624	634.053
Provisões	18.842	270.183	6.056	-	-	-	276.239
Obrigações fiscais diferidas	2.708	2.503	-	-	-	-	2.503
Total de passivos	882.997	906.739	6.056	-	-	64.624	912.795

(1) Valores reportados nas demonstrações financeiras

(2) Valores considerados na regulamentação prudencial

(3) Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR

Os dados do balanço financeiro e do balanço prudencial foram extraídos da informação do CADOC final enviado ao Bacen, devido a necessidade de ajustes posteriores à publicação de resultado.

2.3. LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R\$ milhões

dez-21

	Total	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria			
		Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
1 Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	950.316	849.099	101.229	10	145.577
2 Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	- 6.056	- 6.056	-	-	64.624
3 Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	956.371	855.155	101.229	10	80.953
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	194.472	194.472	-	-	0
5 Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-1	-	-	-	-1
6 Diferenças devidas a regras de acordos de compensação e liquidação não incluídas na linha 2	-	-	-	-	0
7 Diferenças decorrentes da consideração de provisões	-	-	-	-	0
8 Outras diferenças	90.402	3.649	86.753	-	0
9 Exposições consideradas para fins prudenciais	1.241.268	1.053.276	187.982	10	80.951

As exposições não contábeis estão classificadas na linha de "Outras diferenças".

2.4. PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R\$ milhões						dez-21
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	31	18.111	1.143	1.409	18	20.712
3 Custo de liquidação das posições	31	14.536	1.143	1.409	18	17.137
4 Concentração de mercado	0	3.575	0	0	0	3.575
5 Risco de pagamento antecipado	0	0	0	0	0	0
6 Risco de modelo	845	4.038	2.348	2.808	0	10.038
7 Risco operacional	265	3.644	104	304	42	4.360
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	0	0	0	0	0	0
9 Spread de risco de crédito	1.402	19.265	552	1.609	232	23.059
10 Custos administrativos futuros	1.764	24.237	694	2.024	291	29.010
11 Outros	1.124	15.441	442	1.289	186	18.481
12 Total	5.431	84.736	5.282	9.442	769	105.661

Em R\$ milhões			dez-21		
	<i>Do qual: na carteira bancária</i>	<i>Do qual: na carteira de negociação</i>	Total		
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:			9.905	10.808	20.712
3 Custo de liquidação das posições			8.056	9.081	17.137
4 Concentração de mercado			1.849	1.726	3.575
5 Risco de pagamento antecipado			0	0	-
6 Risco de modelo			3.778	6.260	10.038
7 Risco operacional			3.452	908	4.360
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos			0	0	-
9 Spread de risco de crédito			23.059	0	23.059
10 Custos administrativos futuros			29.010	0	29.010
11 Outros			18.481	0	18.481
12 Total			87.685	17.976	105.661

2.5. Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis BRGAAP e Prudencial

Em R\$ milhões		dez-21	
Instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Conglomerado Prudencial			
		Total Ativo	Total PL
0033 - Banco Santander (Brasil) S.A.		914.417	68.752
9017 - Agência Grand Cayman		158.796	35.922
9019 - Luxembourg Branch Bsb		81.915	7.163
0024 - Banco Bandepe S.A.		28.975	5.260
1505 - Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil		14.725	10.799
1506 - Banco RCI Brasil S.A.		11.147	1.367
1508 - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.		59.429	1.293
1510 - Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.		1.601	722
1519 - Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.		1.179	677
1542 - Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado		2.943	54
1543 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior		31.764	27.421
1544 - Santander FI Hedge Strategies Fund		3.154	1.649
1545 - Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.		2.745	2.593
1547 - Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior		2.281	1.419
1548 - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado		9.171	8.800
1549 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior		572	584
1589 - BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FI		180	194
1594 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado		-	-
1595 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado		1.410	1.229
3121 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		677	650
4062 - PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		489	501
4063 - Banco PSA Finance Brasil S.A.		1.762	233
6500 - Banco Hyundai Capital S.A.		4.183	324
6503 - Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest		569	385
6504 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado		788	823
6510 - ATUAL - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior		2.163	2.052
6513 - Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		2	17
6516 - TORO Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		156	68
Instituições que compõem somente o Consolidado Prudencial			
1511 - Santander Caceis Brasil DTVM S.A.		1.308	901
1533 - Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.		58.377	2.173
1584 - Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.		526	188
6518 - Getnet Sociedade de Crédito Direto		86	76
Em R\$ milhões		dez-21	

Em R\$ milhões		dez-21	
Instituições que compõem somente o Consolidado Publicação			
	Natureza Atividade	Total Ativo	Total PL
1522 - Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Outras Atividades	10.806	3.581
1538 - Evidence Previdência S.A.	Previdência	2.838	832
1541 - Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	1.129	878
1553 - Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual denominação da Webcasas S.A.)	Holding	466	448
1577 - Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.	Outras Atividades	118	63
1580 - Auttar HUT Processamento de Dados Ltda.	Outras Atividades	-	2
1587 - BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	32	20
1588 - Olé Tecnologia Ltda. (Atual denominação Social da Bonsucesso Tecnologia Ltda.)	Outras Atividades	174	10
1592 - Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	24	6
1593 - Gestora de Investimentos Ipanema Ltda.	Gestora de Recursos	-	0
1597 - Rojo Entretenimento S.A.	Outras Atividades	135	131
1598 - Ben Benefícios e Serviços S.A.	Outras Atividades	411	71
5673 - Santander Capitalização S.A.	Capitalização	5.571	59
5924 - Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	508	188
6502 - Esfera Fidelidade S.A.	Outras Atividades	2.243	364
6509 - Summer Empreendimentos Ltda.	Compra e venda de imóveis próprios	22	19
6512 - GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Tecnologia	281	8
6514 - Paylog Logística e Armazém Eireli	Outras Atividades	0	0
6515 - Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda	Outras Atividades	33	16
6517 - TORO Investimentos S/A	Corretora	39	29
6520 - Liderança Serviços Especializados em Cobranças LTDA.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	30	3

3. Composição do capital

3.1. CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR), está disponível em <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

3.2. CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Em R\$ milhões

dez-21

	Valor	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas		
1 Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	58.738	a+b
2 Reservas de lucros	28.157	c+d
3 Outras receitas e outras reservas	-2.513	e+f+g+h+i
5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	-752	
6 Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	83.631	
Capital Principal: ajustes prudenciais		
7 Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	106	
8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	1.462	j+k+l
9 Ativos intangíveis	5.337	m
10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	204	
11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são	-	
15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	239	
16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	713	n
18 Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
19 Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21 Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas.	5.650,468	
22 Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
do qual: oriundo de participações significativas no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas,		
23 no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência	-	
do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de		
25 geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	

26	Ajustes regulatórios nacionais	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	13.711
29	Capital Principal	69.920
Capital Complementar: instrumentos		
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	7.050
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	7.050
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	7.050
Capital Complementar: deduções regulatórias		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
39	Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-
40	Valor total dos investimentos significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-
41.a	Valor total dos investimentos não significativos no Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas que seja inferior a 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
44	Capital Complementar	7.050
45	Nível I	76.970
Nível II: instrumentos		
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	12.591
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	12.591

Nível II: deduções regulatórias		
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
54	Valor total dos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior não consolidadas, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções	-
55	Valor total dos investimentos significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-
56.a	Valor total dos investimentos não significativos em instrumentos de Nível II e em outros passivos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que seja inferior a 10% do valor do seu Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	12.591
59	Patrimônio de Referência	89.561
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	600.741
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	11,64%
62	Índice de Nível I (IN1)	12,81%
63	Índice de Basileia (IB)	14,91%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,00%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,00%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,00%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	3,81%
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco		
72	Valor total das participações não significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
73	Valor total das participações significativas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, instituições financeiras no exterior não consolidadas, empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	-
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)		
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-

3.3. CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões			dez-21
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
Ativos			
Caixa e equivalentes a caixa	16.387	16.710	
Instrumentos financeiros	925.932	941.237	
Operações de arrendamento mercantil	2.696 -	23	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-27.131	-28.289	
Créditos tributários	42.453	34.623	
Investimentos em participações em coligadas e controladas	28.584	37.791	
Investimentos (Exceto ágio - Participações em Coligadas e Controladas)	428	7.670	
Ágio (Coligadas e Controladas)	649	270	j
Imobilizado de uso	6.384	11.659	
Intangível	11.145	5.337	
Intangível (Exceto ágio)	11.145	5.337	m
Ágio	27.506	29.851	k
Depreciações e amortizações	-43.074	-28.659	l
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	
Total de ativos	963.376	990.386	
Passivos			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	861.447	634.053	
Provisões	18.842	270.183	
Obrigações fiscais diferidas	2.708	2.503	
Total de passivos	882.997	906.739	
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	55.000	57.491	
do qual: montante elegível para Capital Principal	55.000	57.491	a
do qual: montante elegível para Capital Complementar	-	-	
Reservas de Capital	401	866	e
Reservas de Reavaliação	-	-	f
Reservas de Lucros	27.445	28.157	d
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-3.393	-3.401	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	- 469 -	455	g
Hedge de Fluxo de Caixa (Cosif 6.1.6.20.25-4)	-	-	h
Hedge de Fluxo de Caixa (Demais Cosifs)	0	0	
Plano de Benefício Definido	-2.924	-2.924	i
Outros resultados abrangentes	-	-	
Lucros e prejuízos acumulados	0	-	c
Ações em Tesouraria	-713	-713	n
Participação dos minoritários das controladas	1.196	1.247	b
Patrimônio líquido total	79.997	83.647	

Os dados do balanço financeiro e do balanço prudencial foram extraídos da informação do CADOC final enviado ao Bacen, devido a necessidade de ajustes posteriores à publicação de resultado.

4. Indicadores macroprudenciais

4.1. GSIB1: Caracterização de instituição financeira sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1 deve ser divulgada apenas pelas instituições sujeitas à apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global (IAISG), de que trata a Circular nº 3.751, de 19 de março de 2015. O Banco Santander Brasil não está sujeito à apuração destas informações, não possuindo dados para serem preenchidos na tabela.

4.2. CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico

Em R\$ milhões		dez-21			
Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e RWA_{CPPrNB} considerados no cálculo do $ACP_{Contracíclico}$		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do $ACP_{Contracíclico}$
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWA_{CPPrNB}		
BR - Brasil	0,0%	2.938.088	516.164	0,0%	-
Demais países	0,0%	94.308	2.127	0,0%	-
Subtotal	0,0%	94.308	2.127	0,0%	-
Total	0,0%	3.032.396	518.291	0,0%	-

O Santander Brasil possui exposição no exterior com 20 países que não apresentam Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACPPi) em dezembro/21.

5. Razão de Alavancagem (RA)

Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748 que trata sobre a Razão de Alavancagem (RA), a qual avalia a razão entre o Capital Nível I e a Exposição total, considerando-se a parcela off- balance (limites, avais, fianças e derivativos). Abaixo apresentamos o resumo comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem.

5.1. LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	dez-21
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	994.939
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	-4.553
3 Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	990.386
4 Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	12.391
5 Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	18.981
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	70.455
7 Outros ajustes	-119.319
8 Exposição Total	972.893

5.2. Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	dez-21
Itens contabilizados no balanço patrimonial	
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	845.446
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-15.395
3 Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	830.051
Operações com instrumentos financeiros derivativos	
4 Valor de reposição em operações com derivativos	26.842
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	12.391
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
8 Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	11.739
9 Valor de referência dos derivativos de crédito	-
10 Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	50.972
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)	
12 Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	25.912
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	18.981
15 Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	44.893
Itens não contabilizados no balanço patrimonial	
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	197.281
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	- 126.826
19 Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	70.455
Capital e Exposição Total	
20 Nível I	76.970
21 Exposição Total	972.893
Razão de Alavancagem (RA)	
22 Razão de Alavancagem (%)	7,91%

6. Indicadores de liquidez

6.1. LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade de a instituição financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Neste sentido, é definido como a possibilidade de a instituição não cumprir com as obrigações de pagamento no prazo ou de realizá-lo com um custo excessivo. Entre as tipologias das perdas ocasionadas por esse risco, se encontram as perdas por vendas forçadas de ativos ou impactos na margem pelo descasamento entre as previsões de saídas e entradas de caixa.

Em resumo, o gerenciamento e controle do Risco de Liquidez visam mitigar problemas de solvência nos diferentes horizontes temporais, possibilitando a liquidação dos compromissos já assumidos e a renovação dos mesmos, garantindo a estabilidade do plano de negócio da instituição.

(A) A governança de Riscos de Liquidez do Banco Santander envolve diversas camadas da Instituição. Entre as principais, estão o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), a área de Gestão Financeira e a área de Riscos.

O comitê de ativos e passivos (ALCO) monitora os indicadores de liquidez, aprova os respectivos limites e define e avalia as estratégias relacionadas a liquidez do Banco. A área de Gestão Financeira atua como primeira linha de defesa, responsável pela gestão da liquidez, por meio do planejamento das necessidades de recursos, estruturação das fontes de financiamento, melhoria da diversificação dos prazos e instrumentos e elaboração do Plano de Contingência.

A área de Riscos, independente e em estrutura apartada da área de Gestão Financeira, atua como segunda linha de defesa. Neste sentido, define a metodologia e as hipóteses para mensuração do Risco de Liquidez, estabelece métricas e monitora os limites, alinhados ao Apetite ao Risco da Instituição, informando a situação de liquidez do Banco à Alta Administração e as demais áreas envolvidas. Todas as métricas e atividades são sujeitas a validações de modelos, controles e auditoria para garantir a consistência e imparcialidade das informações geradas.

Atuando de forma independente das áreas de negócio, a área de controle de Risco de Liquidez, faz uso das métricas de curto (LCR) e longo prazo (NSFR), métricas em situações de estresse e outras métricas complementares para a adequada gestão do risco de liquidez que são capazes de mensurar o nível de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Todas as métricas e atividades são passíveis de validações de modelos, controles e auditoria para garantir a consistência e imparcialidade das informações geradas.

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e por segmentos.

Além dos indicadores, o Santander Brasil está em conformidade com as exigências do Banco Central, por meio da Resolução 4.557, que trata da estrutura e gestão de risco e capital estabelecendo uma estrutura de gerenciamento de liquidez que atende a:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez claramente documentadas, que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração da instituição.

- Processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia;
- Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento.
- Plano de Contingência de Liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez e que aborde diferentes cenários com potencial impacto adverso sobre a liquidez do Banco, oriundos de eventos sistêmicos ou de imagem.
- As políticas e as estratégias para o gerenciamento do risco de liquidez, bem como o Plano de Contingência, são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pela diretoria da instituição e conselho de administração.

A gestão eficaz da liquidez exige uma análise de cenários financeiros nos quais são avaliadas situações adversas. Para avaliar estes comportamentos, a instituição faz uso do modelo de Teste de Estresse, o qual objetiva estudar impactos na estrutura do Banco em diferentes perspectivas.

O Teste de Estresse avalia a estrutura financeira do Banco e sua capacidade de resistir e reagir a situações desfavoráveis no âmbito de liquidez.

O objetivo deste teste é simular condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos. Então, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de estresse definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados, a instituição busca meios de evitar posições que possam divergir de seu modelo de negócio e, adicionalmente, o utiliza para elaboração de seu Plano de Contingência e de Recuperação, além de outros indicadores que suportam decisões da alta direção.

Com base nos resultados obtidos no Teste de Estresse, o Banco elabora o Plano de Contingência de Capital e Liquidez que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez

- Identificação de Crise: A elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez do Banco. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de Estresse. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, conseqüentemente, acionando o Plano de Contingência.
- Comunicação Interna: Após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas.

- Ações Corretivas: São as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:
 - Avaliar o tipo e a gravidade da crise;
 - Identificar qual o segmento mais impactado;
 - Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja custo financeiro ou custo de imagem. Semestralmente, o *Asset and Liability Committee* - ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de estresse, da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência.

Como métricas de curto prazo, o Banco utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "*Liquidity Coverage Ratio*" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de *High Quality Liquidity Assets* - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

A métrica de longo prazo aplicada por gestão de risco de liquidez é a NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, por meio de percentuais determinados verificar se o Banco possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo. É calculada mensalmente e reportada ao Banco Central do Brasil e ao regulador externo.

6.2. LIQ1: Indicador de liquidez de curto prazo (LCR)

O Santander Brasil possui uma média de LCR no trimestre de 148,5%, estabilidade em relação à média do trimestre anterior. A tabela demonstra um total de R\$148,9 bilhões de ativos líquidos (HQLA), montante confortável para suprir o total das saídas de caixa em um período de estresse superior aos 30 dias propostos pela métrica.

O total de observações ocorridas no quarto trimestre de 2021 foi de 63, 20 em outubro, 20 em novembro, 23 em dezembro. No trimestre anterior, foram 65 observações, sendo 22 em julho, 22 em agosto e 21 em setembro.

Em R\$ milhões	dez-21		set-21
	Valores não ponderados	Valores ponderados	Valores ponderados
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)			
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		148.950	140.990
Saídas de Caixa			
2 Captações de varejo, das quais:	194.983	17.661	17.315
3 Captações estáveis	116.383	5.819	5.893
4 Captações menos estáveis	78.600	11.842	11.422
5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	220.207	88.360	87.358
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	9.904	3.173	2.920
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	208.687	83.571	83.876
8 Obrigações não colateralizadas	1.616	1.616	561
9 Captações de atacado colateralizadas		13.667	11.926
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	91.730	22.081	16.993
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	17.392	17.392	12.147
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	-	-	-
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	74.338	4.689	4.847
14 Outras obrigações contratuais	39.275	39.275	34.876
15 Outras obrigações contingentes	6.404	6.243	4.396
16 Total de saídas de caixa		187.288	172.863
Entradas de caixa			
17 Empréstimos colateralizados	20.193	-	-
18 Operações em aberto, integralmente adimplentes	58.220	47.438	50.406
19 Outras entradas de caixa	41.385	39.576	30.610
20 Total de entradas de caixa	119.799	87.014	81.016
Valor total ajustado			
21 Total HQLA		148.950	140.990
22 Total de saídas líquidas de caixa		100.274	91.847
23 LCR (%)		148,5%	153,5%

6.3. LIQ2: Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)

A tabela do indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) apresenta um volume de recursos estáveis disponíveis (ASF) de R\$505,9 bilhões, compostos principalmente pelo Capital do banco e captações de clientes de diversos segmentos, e um total de R\$452,9 bilhões de recursos estáveis requeridos (RSF), majoritariamente constituído por empréstimos e financiamentos. A relação entre os recursos estáveis disponíveis e requeridos resulta em um indicador final de 111,7%, demonstrando alta suficiência da instituição para financiamento de suas operações à longo prazo.

Abaixo, a composição do NSFR:

Em R\$ milhões	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação				dez-21	set-21	
					Valor após ponderação	Valor após ponderação	
	Sem Venc.	> 6 meses	<= 6 meses e > 1 ano	<= 1 ano			
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)							
1	Capital	103.311	-	-	-	103.311	98.044
2	Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	103.311	-	-	-	103.311	98.044
3	Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	-	-	-
4	Captações de varejo, das quais:	73.024	133.236	3.347	4.046	198.817	192.950
5	Captações estáveis	60.406	61.153	944	185	116.563	115.558
6	Captações menos estáveis	12.618	72.083	2.402	3.861	82.254	77.392
7	Captações de atacado, das quais:	26.215	362.587	33.132	48.491	185.455	173.055
8	Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	-	5.556	-	-	2.778	2.604
9	Outras Captações de atacado	26.215	357.031	33.132	48.491	182.677	170.451
10	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	-	64.649	-	-	-	-
11	Outros passivos, dos quais:	-	106.130	4.270	31.194	18.334	13.395
12	Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero	-	8.823	2.191	13.899	-	-
13	Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	-	97.307	2.079	17.295	18.334	13.395
14	Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					505.917	477.444
Recursos Estáveis Requeridos (RSF)							
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					7.146	7.579
16	Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
17	Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	-	142.330	78.179	259.152	313.571	314.979
18	Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	-	-	-	-	-
19	Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	-	-	5.755	1.713	1.545
20	Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	125.833	56.428	179.796	243.974	240.720
21	Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	-	-	-
22	Financiamentos Imobiliários residenciais, dos quais:	-	105	109	53.554	36.528	35.748
23	Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	89	92	45.497	29.664	28.909
24	Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	-	16.392	21.643	20.047	31.355	36.966
25	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	64.649	-	-	-	-
26	Outros ativos, dos quais:	32.102	69.287	7.470	99.130	125.741	119.985
27	Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	21	-	-	-	18	16
28	Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central	-	-	-	19.241	16.355	11.172
29	Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero	-	-	-	21.355	1.393	1.169
30	Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação	-	-	-	1.246	1.246	1.565
31	Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	32.081	69.287	7.470	57.288	106.730	106.063
32	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	203.030	-	-	6.442	5.697
33	Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					452.900	448.239
34	NSFR (%)					111,7%	106,5%

7. Risco de crédito

7.1. CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito está alinhado com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo e considera tanto as melhores práticas do mercado quanto as recomendações dos órgãos supervisores e reguladores. Define estratégias de acordo com o Apetite ao Risco, estabelece limites, realiza a análise de exposições e tendências, assim como a eficácia da política de crédito, garantindo o perfil de risco desejado e a rentabilidade adequada, conforme definido pelo Comitê Executivo (CE) e pelo Conselho de Administração (CA).

A gestão de Riscos de Crédito considera as características do cliente, segregados entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados):

A gestão individualizada é realizada por um analista de riscos definido. O fluxo de aprovação é determinado pela Carta de Alçadas do Banco (analista ou Comitê competente). A gestão abrange os clientes dos segmentos: Atacado (Corporate e SCIB), Varejo PJ (Governos, Instituições, Universidades, Agronegócios PF e PJ, Empresas 3 - carterizados) e PF Sócio Empresário.

A gestão padronizada, dedicada às pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados, utiliza modelos automatizados de tomada de decisão e avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados.

A classificação de risco aplicada pelo Banco considera as condições do devedor e seu garantidor, tais como situação financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de lucros (no caso de Pessoa Jurídica), fluxo de caixa (no caso de Pessoa Jurídica), créditos salários (no caso de Pessoa Física), recursos financeiros, movimentação em conta, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atividade, contingências e limites de crédito do devedor e/ou do garantidor. Também são avaliadas as características da transação, tais como sua natureza e propósito, tipo, adequação e grau de liquidez do bem dado em garantia, e a quantia total do crédito.

A área de Negócios de Recuperação é responsável pela gestão da carteira inadimplente. Possui as funções de definir, executar e acompanhar as estratégias e performances relacionadas às carteiras de clientes inadimplentes, garantindo máxima eficácia na recuperação de crédito.

Ferramentas estatísticas são aplicadas nas análises do comportamento de clientes, traçando estratégias mais eficientes de recuperação. As atuações dos canais de cobrança são definidas pelo “Mapa de Responsabilidade”, documento que considera o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características para compor a definição de estratégias.

O monitoramento e gerenciamento de risco de crédito é desenvolvido de forma independente de outras funções, proporcionando uma adequada separação entre as áreas geradoras de risco e as responsáveis pelo controle e supervisão. Possui autoridade suficiente e acesso direto aos órgãos de administração e governança que tenham a responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estratégia e as políticas de risco de crédito.

A gestão e controle do risco de crédito no Banco se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes.

- I. Avaliação e acompanhamento dos riscos desde sua geração;
- II. Controle, consolidação e supervisão da gestão dos riscos; e
- III. Revisão independente do processo de gestão dos riscos.

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos, dispondo dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Considerado como a última etapa de controle existente no Banco, a Auditoria Interna, deve avaliar periodicamente que as políticas, a adequação dos métodos e procedimentos e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

São reportados periodicamente os assuntos relevantes de Riscos de Crédito, bem como os informes periódicos de acompanhamento ao Conselho de Administração (CA), ao Comitê de Riscos e Compliance (CRC) e ao Comitê de Controle de Riscos (CCR) para ciência e deliberações.

7.2. CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria			dez-21	jun-21
	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar		Valor líquido	Valor líquido	
	Em curso anormal ¹	Em curso normal			
1 Concessão de crédito	12.330	451.590	27.153	436.767	417.485
2 Títulos de dívida	-	218.910	1.823	217.087	207.702
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	157.151	-	157.151	164.794
2b dos quais: outros títulos	-	61.760	1.823	59.936	42.908
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	356	194.115	325	194.147	181.612
4 Total	12.686	864.616	29.279	848.001	806.799

7.3. CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Em R\$ milhões	dez-21	jun-21
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	9.966	8.725
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	9.822	7.457
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	-	1.033
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	-	6.573
5 Outros ajustes	505	712
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente	12.686	9.966

7.4. CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

7.4.1. Exposições por região geográfica

	Brasil					Total País	Exterior	Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul			
Pessoas Físicas	30.012	44.261	12.617	227.922	49.859	364.671	4.212	368.883
Sector Público	382	402	331	146.743	134	147.993	572	148.565
Sector Privado	9.661	18.800	6.684	200.434	30.661	266.240	61.016	327.256
Agropecuária	1.228	592	279	6.000	5.842	13.942	6.945	20.887
Comércio	424	1.103	505	9.451	2.512	13.995	5.120	19.116
Alimentícios	1.180	2.597	630	14.800	2.607	21.813	2.823	24.636
Transporte e Logística	594	723	1.893	10.828	1.802	15.840	5.493	21.333
Automotivo	746	1.319	445	7.913	2.215	12.638	2.938	15.576
Energia	842	3.748	518	15.367	1.093	21.567	3.775	25.342
Construção	414	974	238	9.807	1.078	12.510	1.676	14.186
Serviços	432	1.061	162	10.885	1.376	13.915	3.602	17.517
Química e Petroquímica	239	514	462	5.867	1.019	8.101	4.308	12.409
Indústria	187	586	204	3.740	452	5.169	2.567	7.736
Usinas	690	115	58	3.250	348	4.462	2.230	6.691
Saúde	299	706	169	5.401	819	7.394	2.484	9.879
Têxtil e Vestuário	158	428	85	3.711	1.482	5.864	1.106	6.970
Incorporadora e Atividades Imobiliárias	436	943	69	4.752	568	6.768	923	7.691
Metalurgia e Siderurgia	68	131	49	3.362	305	3.914	2.480	6.394
Máquinas e Equipamentos	252	255	100	3.904	1.905	6.416	905	7.321
Mineração	19	44	124	3.236	47	3.470	550	4.020
Farmacêutico	304	181	94	3.221	203	4.003	3.520	7.523
Petróleo e Gás	251	403	128	3.897	342	5.021	1.420	6.441
Lazer e Alimentação	228	456	108	3.110	562	4.464	660	5.124
Eletroeletrônicos	92	170	122	2.420	1.049	3.852	1.488	5.340
Holdings e Sociedades de Participação	69	355	8	5.597	117	6.146	739	6.885
Educação	152	403	50	1.887	423	2.915	131	3.046
Atividades Financeiras e Seguradoras	23	76	6	9.420	321	9.845	390	10.234
Tecnologia da Informação	62	50	7	1.940	173	2.232	640	2.872
Telecomunicações	61	313	39	3.561	236	4.210	409	4.619
Locadoras de Automóveis	43	88	58	673	207	1.069	799	1.868
Papel e Celulose	2	109	7	1.110	339	1.567	225	1.792
Madeira	41	66	13	364	767	1.251	116	1.367
Comunicação	46	78	18	1.348	131	1.620	60	1.680
Administração pública, defesa e seguridade social	1	1	1	4	1	7	-	7
Hotéis	29	135	17	587	64	832	10	842
Saneamento	17	31	6	280	48	382	11	393
Cosméticos	20	34	5	243	185	487	57	544
Outros	4	8	1	99	16	127	36	164

7.4.2. Exposições por prazo remanescente de vencimento

	Exposições por prazo remanescente de vencimento				Total
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	
Total - Valor bruto ¹	200.922	94.122	371.876	207.062	873.983
Total - Valor líquido ¹	193.906	88.447	361.889	200.461	844.704

¹limites de crédito e créditos a liberar em até 360 dias não considerados

7.4.3. Exposições em curso anormal, provisões e baixas contábeis por região geográfica

Em R\$ milhões	dez-21		
	Total		
	Exposições (curso anormal)	Provisões	Baixas contábeis por prejuízo
Pessoas Físicas	9.689	6.927	9.942
Setor Público	-	2.132	3.350
Setor Privado	2.998	2.132	3.350
Agropecuária	22	11	133
Comércio	151	118	216
Alimentícios	428	316	479
Transporte e Logística	105	69	138
Automotivo	96	81	151
Energia	54	0	0
Construção	196	150	241
Serviços	258	169	275
Química e Petroquímica	27	23	42
Indústria	6	4	9
Usinas	12	9	174
Saúde	46	32	48
Têxtil e Vestuário	155	128	273
Incorporadora e Atividades Imobiliárias	45	32	154
Metalurgia e Siderurgia	38	18	61
Máquinas e Equipamentos	45	34	93
Mineração	457	440	3
Farmacêutico	42	34	66
Petróleo e Gás	63	48	82
Lazer e Alimentação	291	236	370
Eletroeletrônicos	56	45	80
Holdings e Sociedades de Participação	7	6	4
Educação	36	24	115
Atividades Financeiras e Seguradoras	231	4	6
Tecnologia da Informação	8	6	16
Telecomunicações	30	22	14
Locadoras de Automóveis	7	4	8
Papel e Celulose	6	5	12
Madeira	17	13	21
Comunicação	36	27	35
Administração pública, defesa e seguridade social	0	0	0
Hotéis	7	6	16
Saneamento	4	3	3
Cosméticos	5	4	6
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	7	6	8
Outros	4	3	2
Total	12.686	9.059	13.292
Centro-Oeste	7.466	5.355	8.460
Nordeste	1.701	1.211	1.758
Norte	1.037	715	950
Sudeste	483	335	367
Sul	2.000	1.444	1.651
Brasil	12.686	9.059	13.292
Exterior	-	-	107

A abertura detalhada de setor de atividade por região geográfica está disponível no arquivo anexo em Excel em <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

7.4.4. Exposições por faixa de atraso

Em R\$ milhões	dez-21
Total das exposições em atraso	44.525
Menor que 30 dias	22.142
Entre 31 e 90	9.696
Entre 91 e 180	5.733
Entre 181 e 365	6.339
Maior que 365	614

7.4.5. Exposições reestruturadas

Em R\$ milhões	dez-21
Exposições reestruturadas	23.830
Operações em curso anormal	10.611
Demais operações	13.219

7.4.6. Maiores exposições

Em R\$ milhões	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido	% Valor líquido / Total
	Em curso anormal ¹	Em curso normal			
	10 maiores	-			
100 maiores	431	257.988	1.834	256.586	30,4%

(1) Exposições caracterizadas como operações em curso anormal

7.5. CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

Garantias são definidas como medidas de reforço adicional a uma operação de crédito, como mitigador do risco de crédito frente à perda por incumprimento da obrigação do pagamento, seja pelo longo prazo da operação e aumento do risco de deterioração do cliente ou pela existência de eventos externos possíveis, relevantes e imprevisíveis que podem prejudicar o término da operação e que são de difícil gestão pelo credor.

A garantia é subsidiária porque o credor adquire com ela o direito de reclamar o pagamento, tanto do devedor quanto do garantidor - a reclamação de pagamento ao garantidor se encontra subordinada ao não cumprimento da obrigação do devedor. A garantia é acessória porque pressupõe a existência de uma obrigação válida e vigente, chamada principal. Caso essa se extingue, a garantia também desaparece, mas não o inverso.

A avaliação das garantias considera critérios conservadores e adequados ao horizonte temporal da operação garantida, realizada mediante os processos mais adequados para cada tipo de garantia que minimizem o risco sobre sua avaliação. A correta formalização da operação de crédito e constituição da garantia é premissa necessária e indispensável, devendo-se maximizar todos os cuidados para que a garantia se constitua válida e surta plenos efeitos. Considerar-se com especial cautela a possibilidade e viabilidade de execução da garantia e sua liquidação.

O valor da garantia é acompanhado ao menos com a periodicidade permitida em cláusula e sempre com antecedência suficiente para solicitação de reposição. O incumprimento da obrigação concede à entidade

a possibilidade de exigir a execução da garantia, conforme previsto em contrato conforme formalizado e de acordo com o estabelecido pela normativa que se aplique.

As garantias classificam-se por:

- Garantias pessoais: conferem ao credor um direito de natureza pessoal ou uma alçada que é dirigida ao próprio patrimônio do garantidor. Este tipo de garantia é feito sempre por terceiros distintos do devedor, seja no próprio contrato de crédito ou em contrato separado.
- Garantias reais: são constituídas sobre bens (móveis ou imóveis) ou direitos, concretos e determinados que assegurem ao credor o cumprimento da obrigação principal mediante a vinculação de um bem.

7.6. CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões		dez-21				
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: parcela coberta por			
			Colaterais financeiros	Garantias	Derivativos de crédito	
1	403.973	32.794	10.953	21.840	-	
2	197.627	19.460	3.833	15.627	-	
I	65.394	3.513	1.424	2.089	-	
II	196.110	77	77	-	-	
3 Total	863.104	55.843	16.287	39.556	-	
4 Dos quais: em curso anormal	24.942	124	38	86	-	

7.7. CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões		dez-21					
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA		
	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA	
1	239.963	-	239.963	-	338	0,1%	
2	0	0	0	0	0	100,0%	
3	1.535	0	1.535	0	0	0,0%	
4	76.028	336	67.847	336	18.807	27,6%	
6	216.419	70.210	209.898	43.643	199.049	78,5%	
7	204.069	122.256	204.069	24.727	167.374	73,2%	
8	61.640	-	61.640	-	26.094	42,3%	
9	717	-	717	-	358	50,0%	
10	0	-	0	-	0	100,0%	
13	65.912	1.002	64.371	200	48.061	74,4%	
14 Total	866.283	194.147	850.040	68.907	460.081	50,1%	

7.8. CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR) ¹								dez-21
		0%	20%	35%	50%	75%	85%	100%	Outros	Total das exposições de crédito ²
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	239.121	278	-	564	-	-	-	-	239.963
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	0	-	0
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	1.535	-	-	0	-	-	-	-	1.535
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	0	50.210	1.475	16.497	-	-	-	-	68.183
6	Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	29.263	2.119	-	8.304	-	129.043	84.783	29	253.541
7	Exposições de varejo	412	88	-	12.717	213.564	-	663	1.352	228.796
8	Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	3	-	50.313	579	4.484	1.251,4	870	4.139	61.640
9	Financiamentos para construção de imóveis comerciais	-	-	-	717	-	-	-	-	717
10	Participações societárias	-	-	-	-	-	-	0	-	0
13	Outras exposições	13.314	1.495	-	3.965	-	-	45.783	15	64.572
14	Total	283.648	54.189	51.789	43.343	218.048	130.295	132.099	5.535	918.947

8. Risco de contraparte (CCR)

A seguir, seguem as políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito de contraparte conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017, incluindo as exposições as contrapartes centrais (CCPs) e os resultados apurados no período.

O risco de crédito de contraparte ocorre da possibilidade de não cumprimento de obrigação relativa a operações realizadas por uma contraparte, e contempla operações de derivativos, security lending, compromissadas, empréstimos e operações a liquidar. A exposição a este risco é mensurada com a métrica de REC (risco equivalente de crédito), que representa a exposição potencial à uma contrapartida com 97.5% de confiança. Os limites de exposição potencial são aprovados por contrapartida em comitês apropriados e é realizada a gestão do consumo deste limite, variações relevantes e verificação do limite disponível para novas operações antes que sejam realizadas.

O REC observa as operações em vigor com a contrapartida calcula a exposição potencial com base em modelos específicos para cada instrumento e fator de risco, bem como a diversificação entre estas operações no portfólio contra a contraparte. O consumo desta métrica por ser mitigado por procedimentos de chamada de margem (e sua periodicidade), garantias depositadas pela contraparte e *initial margin*. As metodologias de REC e efeitos mitigantes é aprovada pela equipe de validação e sua execução e procedimentos estão sujeitos à verificação por auditoria interna e externa.

Atualmente, o banco Santander não calcula o impacto de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento de sua classificação de crédito.

8.1. CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R\$ milhões		dez-21				
	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA	
1	Abordagem SA-CCR	25.031	14.568	1,4	55.438	17.555
1.1	Abordagem CEM	n/a	n/a		n/a	n/a
3	Abordagem Simples – mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				626	1.044
4	Abordagem Abrangente – mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				n/a	n/a
6	Total					18.599

8.2. CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R\$ milhões	Fator de ponderação de risco (FPR) ¹							Total
	0%	10%	20%	50%	85%	100%	Outros	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	828	-	-	-	-	-	-	828
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	-	-	759	9.523	-	-	-	10.282
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	48.085	4.173	-	-	10.009	4.144	-	66.411
Exposições de varejo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	-
Outras contrapartes	-	-	-	-	-	-	30.544	30.544
Total	48.914	4.173	759	9.523	10.009	4.144	30.544	108.066

8.3. CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R\$ milhões	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimos de ativos	
	Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues		Valor justo dos colaterais recebidos	Valor justo dos colaterais entregues
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos - moeda nacional	8	-	17.607	-	81.439	25.912
Depósitos - outras moedas	26	-	2.106	-	-	-
Títulos públicos federais	51	-	-	-	10.174	65.195
Títulos emitidos por outros governos centrais	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	705	-	381	-	-	13.927
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros colaterais	42	-	-	-	18.981	-
Total	832	-	20.094	-	110.594	105.034

8.4. CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS são derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Em R\$ milhões	dez-21	
	Risco transferido	Risco recebido
Valor nominal		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-	-
Swap de taxa de retorno total	-	-
Valor nominal total	-	-
Valor justo	-	-
Valor justo positivo (ativo)	-	-
Valor justo negativo (passivo)	-	-

8.5. CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R\$ milhões	dez-21	
	Exposição após mitigação	RWA
1 Exposições a QCCPs (total)		-
2 Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	-	-
3 (i) Derivativos de balcão	-	-
4 (ii) Derivativos padronizados	-	-
5 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
6 (iv) Demais operações	-	-
7 Garantia disponibilizada em favor da QCCP e apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
8 Garantia disponibilizada em favor da QCCP e não apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
9 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
10 Participação em fundos de garantia mutualizados - não integralizada	-	-
11 Exposições a CCPs não qualificadas (total)		1.747
12 Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	18.354	1.548
13 (i) Derivativos de balcão	-	-
14 (ii) Derivativos padronizados	-	-
15 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	18.354	1.548
16 (iv) Demais operações	-	-
17 Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
18 Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e não apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
19 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	16	199
20 Participação em fundos de garantia mutualizados - não integralizada	-	-

9. Exposições de securitização

A avaliação e execução das operações de securitização pelo Grupo Santander Brasil baseia-se nas diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As definições dos principais critérios que tangem o tema podem ser consultadas nas Circulares nº 3.848/17 e nº 3.648/13.

Vale destacar que a análise da viabilidade de uma operação leva em consideração os resultados econômicos, impactos em riscos, capital e operacionais entre outros.

Dada a relevância do tema, foi criada e aprovada nas devidas instâncias uma política de securitização a qual estabelece a governança aplicável ao tema; também são tratadas as funções e responsabilidades das equipes envolvidas no processo.

9.1. SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização

A atividade de securitização na instituição é segregada em:

- Posição de Originação: trata-se de securitizações em que o Santander atua como originador, ou seja, os ativos subjacentes das operações são ativos que já estão no balanço do banco, podendo derivar em securitização tradicional e sintética. Tal segregação na classificação é baseada na avaliação da transferência substancial de riscos de tais ativos. Maiores detalhes referentes à esta mensuração podem ser consultados na Resolução nº 3.533.
- Posição de Investidor: refere-se a operações em que o Santander adquire posições sênior de veículos de securitização. Para tais operações são avaliados perfil de risco da carteira, tipo do ativo subjacente, remuneração atrelada ao investimento entre outros.

Atualmente, não há sociedades de propósito específico (SPE) que têm a instituição como contraparte patrocinadora integradas no conglomerado prudencial.

O tratamento contábil aplicado às operações de securitização é definido de acordo com o tipo de transação realizada, ou seja, a definição do roteiro contábil baseia-se:

- Se há transferência substancial de riscos, ou seja, se os riscos e benefícios da operação passam para a gestão e controle de terceiros o que consequentemente gera a baixa do ativo do balanço da instituição;
- Se os riscos são retidos pela instituição originadora, trata-se de situações em que os riscos e benefícios associados ao ativo cedido permanecem contabilizados no balanço da instituição originadora;
- Nos casos em que não há nem transferência nem retenção substancial de riscos associados ao ativo subjacente, ou seja, o originador da operação retém a posição subordinada e o investidor retém a posição sênior.

No ano de 2021 não foram realizadas operações com a caracterização de venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos.

No ano de 2021 não foram realizadas operações com retenção substancial de riscos.

9.2. SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R\$ milhões	dez-21								
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais	-	-	-	-	-	-	10,1	-	-
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	10,1	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
demais pessoas jurídicas, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

9.3. SEC2: Exposições de securitização classificadas de negociação

Em R\$ milhões	dez-21								
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
demais pessoas jurídicas, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Banco Santander não possui dados para o período.

9.4. SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora de securitização

Em R\$ milhões	dez-21									
	Valor das exposições (por faixa de FPR)				Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤ 20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1250%	1250% Padrão	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%
Exposições totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização tradicional, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Banco Santander não possui dados para o período.

9.5. SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R\$ milhões dez-21

	Valor das exposições (por faixa de FPR)				Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital		
	≤ 20%	20% <	50% ≤	100% ≤	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%	Padrão	1250%
		FPR <	FPR <	FPR <							
		50%	100%	< 1250%							
Exposições totais	-	10	-	-	-	10	-	3	-	0,2	-
Securitização tradicional, da qual:	-	10	-	-	-	10	-	3	-	0,2	-
Securitização:	-	10	-	-	-	10	-	3	-	0,2	-
com ativos subjacentes de varejo	-	10	-	-	-	10	-	3	-	0,2	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10. Risco de mercado

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros fatores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

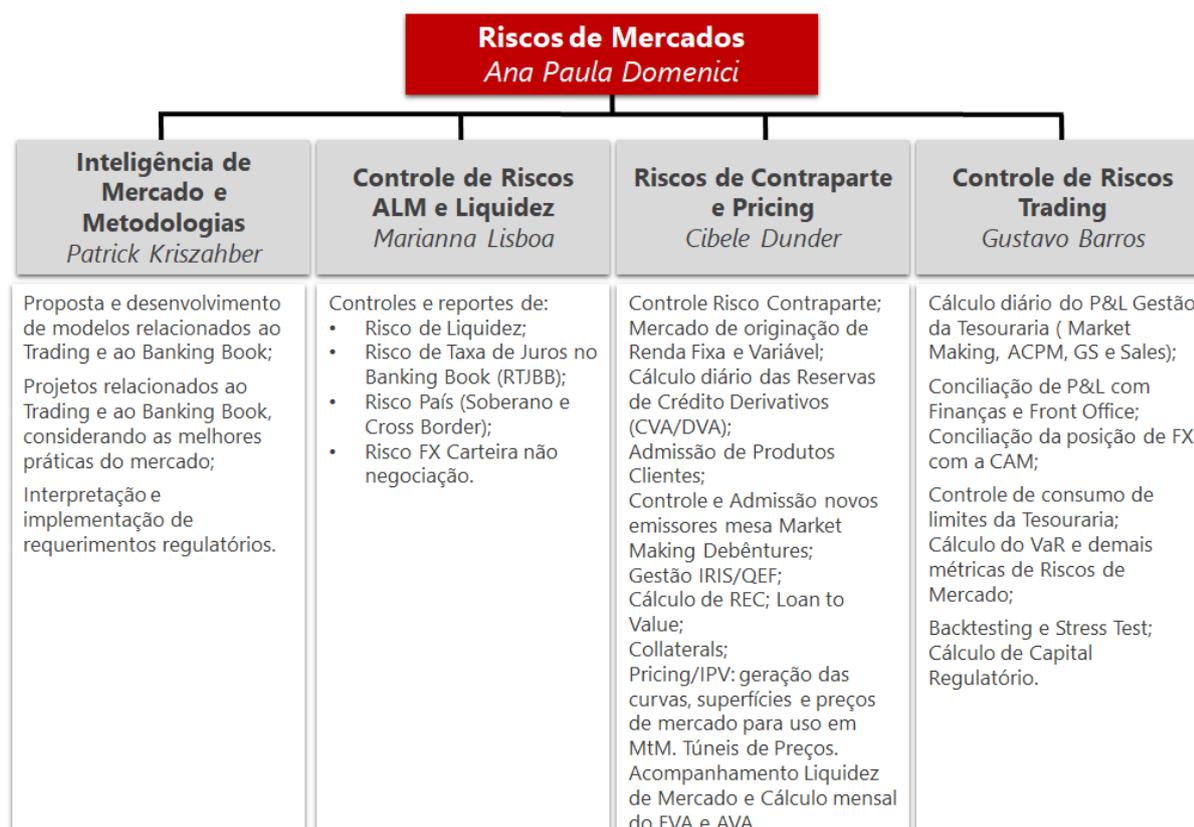
10.1. MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O Banco Santander Brasil zela pelo controle efetivo dos riscos de mercado e assegura uma gestão de acordo com o nível de apetite definido. Trabalhando em conjunto com as áreas de negócios para garantir que os riscos de mercado inerentes tenham sido identificados, avaliados e administrados corretamente. São realizados processos para identificar, medir, monitorar e controlar esses riscos, dentre eles:

- Controle da gestão de risco de taxa de juros da carteira banking;
- Controle das posições FX Estrutural;
- Reporte de informações regulatórias de RTJBB (IRRBB);
- Reporte de métricas internas relacionadas ao RTJBB (IRRBB);
- Controle do Risco de Liquidez do Banco;
- Geração de relatórios de liquidez internos e regulatórios de Risco de Liquidez;
- Controles de Risco País – Risco Cross Border e exposição ao Risco Soberano.
- Identificação, medição, controle e gestão dos riscos assumidos no Livro de Negociação (Trading), tanto de posições lineares e não lineares (como opções);
- Controle de consumo de limites da Tesouraria;
- Cálculo e controle de capital de risco de mercado;
- Backtesting e Stress Test da carteira Trading;
- Cálculo diário do P&L Gestão da Tesouraria;
- Explicação diária do resultado;

- Conciliação de P&L e valor de mercado com Finanças (carteira de negociação).
- Mercado de Originação de Renda Fixa e Variável;
- Cálculo Diário das Reservas de Crédito Derivativos (CVA/DVA);
- Admissão de Produtos Clientes;
- Admissão novos emissores mesa Market Making Debentures;
- Cálculo de REC;
- Collaterals;
- Loan to Value;
- Pricing/IPV: geração das curvas, superfícies e preços de mercado para uso em MtM;
- Túneis de Preços;
- Acompanhamento Liquidez de Mercado e Cálculo mensal do FVA e AVA.
- Propostas de desenvolvimento de metodologias para carteiras trading ou banking;
- Acompanhamento de peers;
- Entendimento e implementação sistêmica para cálculo de riscos de mercado e IRRBB de novos produtos;
- Elaboração dos exercícios regulatórios de Stress Test: ICAAP, Recovery Plan, TEBU e EBA;
- Elaboração de exercícios gerenciais de Stress Test: Planejamento Estratégico;
- Quantificação dos cenários macroeconômicos de Top Risks;
- Stress Test de Risco Climático (TCFD e UNEP FI);
- SRT das operações de securitizações do banco;
- Model owner dos Parâmetros de Risco e modelos PPNR.

Abaixo, segue estrutura de risco de mercado do Banco Santander:



São 7 (sete) principais sistemas utilizados pela área, descritos brevemente abaixo:

- Murex – Sistema de Negócios (Front Office) com toda base de operações em negociação e donde se extrai o resultado econômico da Tesouraria.;
- Asset Control – Sistema de Riscos de Mercado Pricing responsável pela captura e estocagem de preços de todos produtos e fatores de riscos de mercado que são precificados diariamente;
- HUB – Sistema de integração entre os sistemas de negócios (Murex) e o sistema de Riscos de Mercado Trading (AIRe) fazendo a transposição das posições e instrumentos de todos produtos da Tesouraria do primeiro sistema para o segundo;
- AIRe – Sistema de Riscos de Mercado Trading responsável pelo cálculo do VaR e SVaR da carteira de negociação de todo perímetro prudencial, incluindo a Tesouraria;
- HMR – Sistema de Riscos de Mercado Trading responsável pelo cálculo do Capital regulatório por modelo standard e interno.
- MIS – Repositório de dados de Resultado (P&L) obtidos do Murex, com o envio de dados para o processo do Clean P&L.
- Cristine – Repositório de dados das principais métricas de riscos de mercado.

10.2. MR1: Abordagem padronizada – fatores de riscos associados ao risco de mercado

Em R\$ milhões	dez-21	set-21
1 Taxas de juros	15.165	19.058
1a Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	2.224	2.528
1b Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	6.763	9.539
1c Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	5.991	6.722
1d Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	187	269
2 Preços de ações (RWAACS)	529	692
3 Taxas de câmbio (RWACAM)	686	1.779
4 Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	2.386	4.510
9 Total	18.766	26.040

RWA de Risco de Mercado para a abordagem padronizada (RWAMPAD), fechou o trimestre em R\$ 18,7bi, com redução de R\$ 7,2bi com relação ao trimestre anterior, principalmente, devido à queda da parcela PCOM.

10.3. MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Os modelos de VaR e VaR estressado cobrem as atividades financeiras da carteira de negociação do Banco nos riscos de mercado de ações, juros, câmbio e commodities, tanto para produtos lineares e não-lineares.

Abaixo, segue lista com as instituições integrantes do conglomerado prudencial do Banco Santander que utilizam modelo interno de riscos de mercado da carteira de negociação.

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (00012)
- Santander FI UNIX Multimercado Crédito Privado (01542)
- Santander FI Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (01543)
- Santander FI Hedge Strategy Fund (01544)
- Santander FI Amazonas Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (01547)
- Santander FI Guarujá Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (01549)

É importante ressaltar que o Banco Santander Brasil é composto pelas branches local, Cayman e Luxemburgo.

Para o cálculo dos modelos, é utilizado um horizonte temporal de um dia, com uma janela móvel de 520 dias para o VaR e uma janela fixa de 260 dias para o VaR estressado com um nível de confiança de 99%. Para a janela de 520 dias do VaR são calculadas duas métricas de VaR, um VaR percentil (pesos constantes) e um VaR ponderado (pesos diferentes dependendo da proximidade da data na janela em relação à data de referência), sendo utilizado o valor mais conservador.

A principal diferença entre os modelos utilizados para fins gerenciais e regulatórios é a Posição de FX da carteira bancária (não-negociação).

Para o modelo de VaR temos:

- Dados atualizados diariamente;
- VaR 10 dias calculado utilizando uma janela móvel de 10 dias para a simulação da série histórica;

- Reavaliação completa;
- Retornos absolutos para as curvas de juros e retornos relativos para os outros fatores.

Para o modelo de VaR estressado:

- VaR estressado 10 dias calculado utilizando uma janela móvel de 10 dias para a simulação da série histórica;
- Período de agosto de 2008 até agosto de 2009, período da crise do sub-prime. Maior VaR (absoluto), considerando uma janela móvel de 260 dias para o período de janeiro de 2007 até a data atual;
- Reavaliação completa.

Não são realizados testes de estresse para os parâmetros dos modelos por ser utilizado um modelo de simulação histórica com reavaliação completa.

São realizados testes de aderência utilizando janelas de 251 dias e 521 dias, aplicando testes de proporção e independência.

10.4. MR2: Informações sobre as variações do RWAMINT

Em R\$ milhões				dez-21	set-21	
	VaR	VaR Estressado	Outros	RWAMINT total	RWAMINT total	
1	RWAMINT na data-base anterior	4,503	7,144	-	11,646	15.538
2	Mudanças nos níveis de risco	0	3,097	-	3,478	-3.899
3	Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-	-
4	Metodologia e regulação	-	-	-	-	-
5	Aquisições e vendas	-	-	-	-	-
6	Mudanças nas taxas de câmbio	-0	-0	-	-0	7
7	Outros	-	-	-	-	-
8	RWAMINT na data-base atual	4,883	10,239	-	15,122	11.646

No período, observou-se incremento do RWA por modelo interno devido a alterações das posições em relação ao trimestre anterior acarretaram no incremento do VaR estressado.

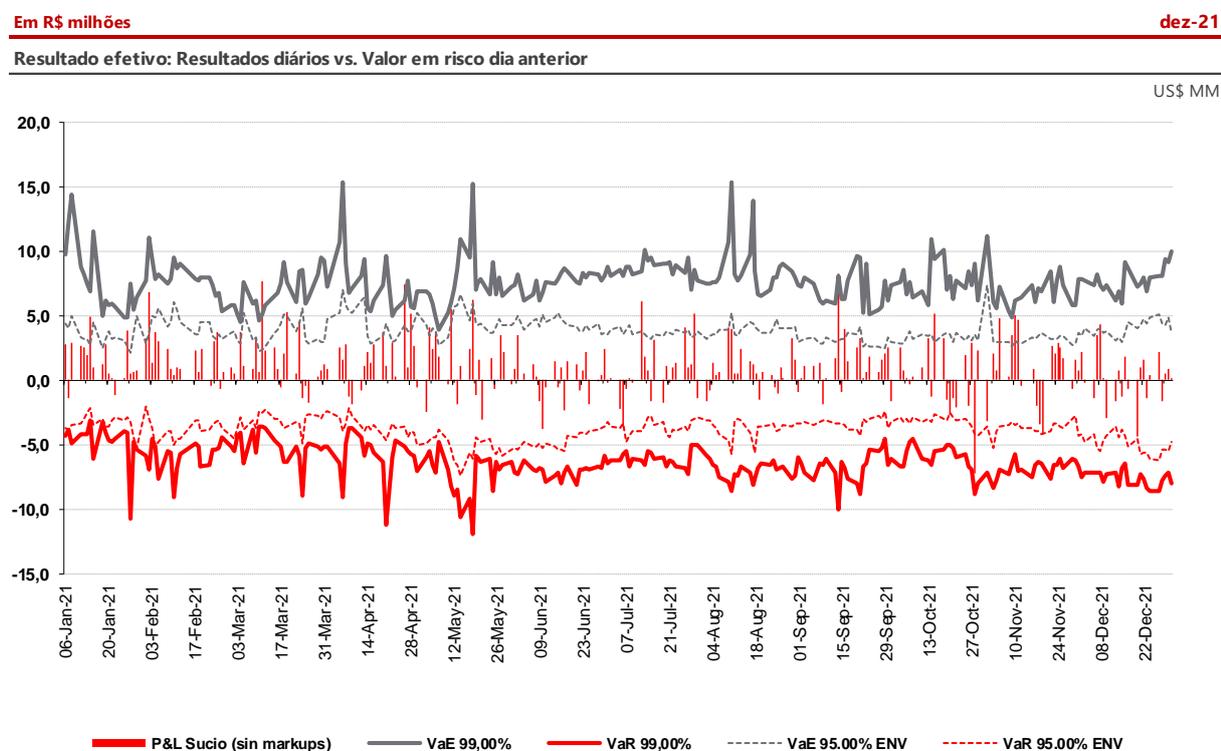
10.5. MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

Em R\$ milhões		dez-21	set-21
VaR (10 dias, 99%)			
1	Máximo	189.711	166.767
2	Médio	123.343	112.569
3	Mínimo	78.969	80.462
4	Final do Trimestre	108.923	113.151
VaR estressado (10 dias, 99%)			
5	Máximo	336.719	255.774
6	Médio	235.642	172.061
7	Mínimo	194.058	140.410
8	Final do Trimestre	285.599	206.900

Observou-se a manutenção no VaR 10 dias, apesar do incremento VaR médio, da diminuição do VaR mínimo e a variação do VaR estressado entre trimestres.

10.6. MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético

Abaixo, segue quadro de aderência em relação aos resultados efetivos do período.



Estatísticas dez-21

	Data	Mínimo	Data	Máximo	Médio
VaR 99,00%	13/01/2021	-3,2	17/05/2021	-12,0	-6,4
VaE 99,00%	06/05/2021	3,9	09/08/2021	15,4	7,7
VaR 95,00%	29/01/2021	-2,0	13/05/2021	-7,463	-3,9
VaE 95,00%	26/01/2021	2,1	29/10/2021	7,4	3,8

Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99% dez-21

Data	P&L	VaR-VaE	Amplitude Exceção	Amplitude Relativa	Expected Shortfall	Dias entre falhas	Teste	Causa da exceção
11/03/2021	7,6	5,1	2,5	49,62%	5,9	53	APTO	Investidores atentos às definições legislativas. Excesso de VaE (Value at Earnings) ocasionado pelo oscilação intradia em operações de S&P e dólar futuro.
26/04/2021	7,5	6,2	1,3	21,27%	7,1	30	APTO	Excesso de VaE ocasionado por operações de intradia.
14/09/2021	8,2	8,1	0,2	1,90%	9,2	99	APTO	Instabilidade política sensibilizou o mercado, aumentando a volatilidade. Excesso de VaE (Value at Earnings) ocasionado, essencialmente, pelas variações na curva de juros.

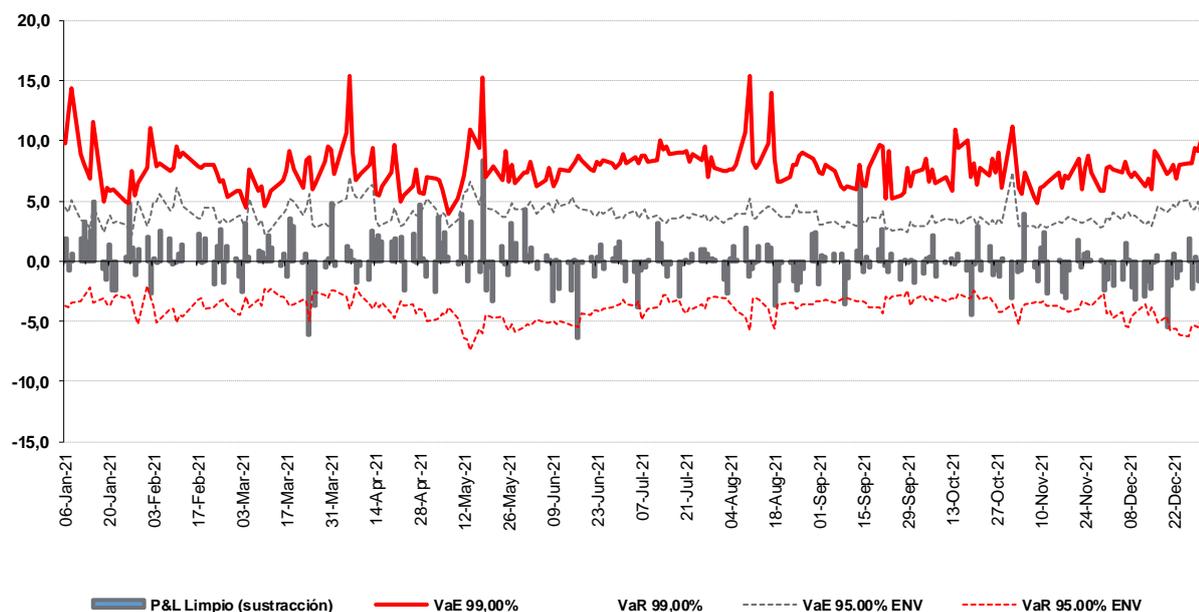
Abaixo, segue quadro de aderência em relação aos resultados hipotéticos do período.

Em R\$ milhões

dez-21

Resultado Hipotético: Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99%

US\$ MM



Estadísticas

dez-21

	Data	Mínimo	Data	Máximo	Médio
VaR 99,00%	13/01/2021	-3,2	17/05/2021	-12,0	-6,4
VaE 99,00%	06/05/2021	3,9	09/08/2021	15,4	7,7
VaR 95,00%	29/01/2021	-2,0	13/05/2021	-7,5	-3,9
VaE 95,00%	26/01/2021	2,1	29/10/2021	7,4	3,8

Exceções para nível de confiança VaR/VaE: 99%

dez-21

Data	P&L	VaR-VaE	Amplitude Exceção	Amplitude Relativa	Expected Shortfall	Dias entre falhas	Teste	Causa da exceção
26/01/2021	4,9	4,8	0,1	1,14%	5,5	72	APTO	Dia positivo para ativos de risco no mundo, de defesa de regras fiscais no Brasil e maior possibilidade de antecipação da alta de juros. Excesso de VaE ocasionado, principalmente, pela queda no câmbio BRL/USD. Este é um excesso de VaE, apesar disso é o 4º considerando uma janela de 250 dias, o que mostra-se em linha com o esperado. Sem mais relevâncias ao Modelo Interno por conta do Backtesting

10.7. OPD: Operações com derivativos

Em R\$ milhões	dez-21		set-21	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Brasil				
1 Contraparte Central				
1a Ações e Índices ¹	259 -	64	252 -	62
1b Câmbio ²	56.057 -	7.270	46.840 -	1.735
1c Taxa de juros ³	58 -	130	49 -	159
1d Commodities ⁴	1 -	186	7 -	13
2 Sem Contraparte Central				
2a Ações e Índices ¹	356 -	1.064	347 -	1.038
2b Câmbio ²	100.826 -	153.647	89.221 -	135.603
2c Taxa de juros ³	543 -	442	561 -	449
2d Commodities ⁴	6.150 -	5.964	6.165 -	6.156
Exterior				
3 Contraparte Central				
3a Ações e Índices ¹	622 -	555	607 -	541
3b Câmbio ²	22 -	3	19 -	4
3c Taxa de juros ³	5 -	0	5 -	4
3d Commodities ⁴	44 -	5.204	103 -	5.721
4 Sem Contraparte Central				
4a Ações e Índices ¹	650 -	1.423	634 -	1.388
4b Câmbio ²	101.051 -	103.832	101.663 -	103.417
4c Taxa de juros ³	655 -	653	608 -	606
4d Commodities ⁴	11.753 -	6.591	12.137 -	6.638

Constam somente as posições classificadas como "Negociação".

(1) Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços de ações

(2) Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços de ações;

(3) Os números representam a sensibilidade ante um choque de +10bps nas taxas de juros;

(4) Os números representam a sensibilidade ante um choque de +1% nos preços das commodities.

11. Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

11.1. IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros (repricing gap), a sensibilidade da margem financeira (Δ NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (Δ MVE) às variações nos níveis das taxas de juros.

11.1.1. Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade, como por exemplo, o modelo de estimação do fluxo de saídas de Depósitos sem Vencimento e seus respectivos compulsórios; Poupança, Depósitos a Vista e Depósitos a Prazo (que, apesar de possuírem vencimento contratual, na sua maior parte possuem liquidez diária).

A metodologia para estimação do fluxo de caixa desses Passivos consiste basicamente em análise histórica do comportamento de cada um dos produtos: a partir dos dados históricos verifica-se variáveis como média e volatilidade e então determinam-se as saídas de caixa entre um dia e vinte anos, sendo os parâmetros estatísticos ajustados para que as saídas de um dia reflitam possíveis instabilidades de mercado, por questão de conservadorismo. A partir dessa estimativa de fluxo de caixa, calculamos a sensibilidade às variações nas taxas de Juros considerando os respectivos indexadores e opcionalidades nos cálculos.

Vale salientar que, além de estimar o fluxo de caixa dos Passivos sem Vencimento, aos Créditos também são aplicados estudos metodológicos que visam estimar de forma mais correta o fluxo de caixa previsto. São eles os estudos de Pré-Pagamento e Inadimplência:

- **Pré-Pagamento:** O evento de pré-pagamento origina-se do ato de liquidar uma operação de crédito antes do seu vencimento contratual (cabe ressaltar que estamos nos referindo à liquidação da operação como um todo e não ao adiantamento de uma ou mais parcelas). Os objetivos de se modelar esta liquidação antecipada são para projetarmos um fluxo de caixa mais condizente com a realidade dos produtos e também para mensurarmos o risco de margem gerado no reinvestimento desses montantes pré-pagos. O pré-pagamento antecipa os fluxos de recebimentos da carteira de crédito, reduzindo sua duração e, conseqüentemente, gerando impactos em nossas mensurações de risco. Para apurar o índice de Pré-Pagamento, basicamente avalia-se o percentual de todas as liquidações realizadas que não estavam previstas para o mês em questão. A partir do histórico dessas observações temos o índice de Pré-Pagamento por produto.
- **Inadimplência:** A inadimplência é característica intrínseca dos produtos de empréstimos em um banco de varejo e, portanto, deve-se levá-la em conta sempre que uma nova concessão de crédito é aprovada. Por conseguinte, estimar o volume de dinheiro que não será devolvido também deve ser fato corriqueiro nesta atividade. A metodologia em si é um algoritmo preditivo, baseada nos históricos de default e recuperação, para determinar a parcela devida ao banco que deixará de ser recebida devido a maus pagadores. Assim, espera-se que o comportamento dos devedores apresente certa lógica e periodicidade.

11.1.2. Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

11.1.3. Sensibilidade do Valor Patrimonial (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

11.2. Risco estrutural de câmbio e ações e cobertura de resultados

Essas atividades são monitoradas medindo posições e resultados.

11.2.1. Medidas complementares

11.2.1.1. Medidas de teste e calibragem

O backtesting consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de backtesting realizadas pelo Banco Santander Brasil cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Além disso, a eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

Por fim, o teste de aderência não apresentou falhas em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

11.2.2. Metodologia

Aplicam-se as metodologias abaixo como forma de ajustar os fluxos de caixa do balanço e assim considerar seus impactos na exposição de riscos estruturais:

- Pagamento antecipado dos créditos: O evento de pré-pagamento é definido como sendo o pagamento total de um empréstimo antes de sua data de vencimento. Este evento gera um risco de perda financeira para o banco em função de eventual descasamento entre ativos e passivos gerados pelo pré-pagamento. São realizados estudos periódicos, de acordo com metodologias específicas, para apurar (i) quais os produtos que devem ser objeto de estudo e (ii) o índice de pagamento antecipado que deve ser aplicado a cada um deles.
- Contas sem vencimento contratual: Para estimar a sensibilidade dos saldos das contas sem vencimento contratual são modelados os componentes estáveis e instáveis dos saldos dos depósitos assumindo-se determinadas premissas.

11.3. Sistema de controle

11.3.1. Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pelo Banco incluindo a Comissão Executiva.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

- Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.
- Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pelo Banco, a fim de evitar riscos não desejados.
- Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.
- Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.
- Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

Premissas:

Prazo médio dos passivos sem vencimento: 11,7 anos / duration: 5,3 anos.

Para as contas sem vencimento contratual, assume-se prazo máximo de reprecificação de 20 anos.

11.4. IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Data-base	dez-21	dez-20	dez-21	dez-20
Em R\$ milhões	Δ EVE	Δ EVE	Δ NII	Δ NII
Cenário paralelo de alta	-6.791	-6.154	-1.940	-2.475
Cenário paralelo de baixa	4.621	4.693	1.940	2.475
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	-7.778	-7.751	-	-
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	8.484	7.337	-	-
Cenário steepener	5.104	5.134	-	-
Cenário flattener	-6.916	-6.542	-	-
Variação máxima	-7.778	-7.751	-1.940	-2.475
Data-base			dez-21	dez-20
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)			76.949	77.572

12. Remuneração de administradores

O Banco Santander Brasil possui uma política de remuneração que tem por objetivo estabelecer critérios de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e demais funcionários e que os mesmos estejam compatíveis com a gestão de risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição do risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo.

As normas e regras que compõem esta política de remuneração estão alinhadas às regulamentações aplicáveis: Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25.11.2010, resolução Banco Central do Brasil nº 4.588 de 29/06/2017, resolução Banco Central do Brasil nº 4.595 de 28/08/2017, regulamentação Européia *Capital Requirements Directive – V*, que entrou em vigor com o Regulamento Delegado (UE) 2021/923, de 25/03/2021, complementando a regulamentação *Capital Requirements Directive – IV*, de janeiro de 2014.

12.1. REMA: Política de remuneração

12.1.1. Comitê de remuneração

Em observância à regulamentação do Banco Central (especificamente a Resolução CMN nº 3.921/2010, de 25 de novembro de 2010), em 7 de fevereiro de 2012 os acionistas da Companhia estabeleceram o Comitê de Remuneração no Estatuto Social da Companhia, o qual também atua como Comitê de Remuneração para determinadas coligadas e controladas da Companhia.

O Comitê de Remuneração é composto por 3 a 5 membros, nomeados pelo Conselho de Administração dentre pessoas que preenchem as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo. Pelo menos um dos membros não pode ser um diretor executivo e os demais podem ou não ser membros do Conselho de Administração da Companhia, e pelo menos dois membros deverão ser independentes de acordo com o parágrafo 3 do artigo 14 do nosso Estatuto Social.

O Comitê de Remuneração deve ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da instituição, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Os membros do Comitê de Remuneração terão mandato de 2 anos, permitida a recondução por até 4 vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

O Regimento Interno do Comitê de Remuneração foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2017. O referido documento poderá ser consultado pelos acionistas por meio dos sites: www.santander.com.br/ri e www.santander.com.br/acionistas, na seção "Governança Corporativa - Administração - Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração".

12.1.2. Estrutura de remuneração

As principais atribuições do Comitê de Remuneração são:

- Avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de remuneração de administradores da instituição, contemplando as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento, tendo em conta o alinhamento dos

interesses dos membros da administração e dos acionistas, as regras aplicáveis à Companhia, a atratividade e retenção de talentos e a sustentabilidade dos resultados da Companhia;

- Supervisionar a implementação e operacionalização da Política de Remuneração, bem como com o disposto na legislação aplicável;
- Revisar anualmente a Política de Remuneração, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento, quando necessário;
- Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei n. 6.404, de 1976;
- Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na Resolução nº 3.921/10;
- Elaborar anualmente o Relatório do Comitê de Remuneração com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis, relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Abaixo, seguem os critérios de remuneração fixa, benefícios e remuneração variável de todos os colaboradores do Banco Santander:

Membros do Conselho de Administração e Membros Independentes dos Comitês de Assessoramento

Todos os membros do Conselho de Administração e membros independentes dos Comitês de Assessoramento fazem jus a uma remuneração fixa composta por honorários mensais e, somente no caso dos Membros do Conselho de Administração, benefícios. Em casos excepcionais e plenamente justificados, o Presidente do Conselho de Administração pode receber também uma remuneração variável anual pelas suas funções desempenhadas, mediante deliberação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração, e sempre dentro do limite global da remuneração anual aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Administradores e Funcionários

A estrutura de remuneração dos Administradores e Funcionários do Banco Santander Brasil, tem como princípios:

- Estar alinhada com os interesses dos acionistas, criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada, rigorosa e com estratégia, valores e interesses a longo prazo, assim como manter uma base sólida de capital;
- A remuneração fixa deve representar uma proporção significativa da remuneração total;
- A remuneração variável tem como objetivo recompensar o desempenho baseado com a avaliação dos objetivos acordados de acordo com a função e responsabilidade dos funcionários e administradores, e com aderência aos comportamentos e condutas que reflitam a cultura do Grupo;
- A estrutura de remuneração aplicada deve ser competitiva, de maneira que facilite a atração e retenção dos funcionários e administradores;
- As práticas estabelecidas na política buscam reconhecer a performance individual e coletiva e não se diferenciam ou privilegiam por sua etnia, raça, sexo ou qualquer questão de cunho pessoal.

Todos os funcionários e administradores fazem jus a remuneração fixa composta por pagamentos mensais, benefícios e previdência. No caso dos administradores, sempre dentro do limite global da remuneração anual aprovada em assembleia geral ordinária.

12.1.3. Definição da remuneração considerando riscos correntes e futuros

O Banco Santander adota a aplicação de Cláusulas *Malus* e *Clawback*.

Todos os planos de diferimento estão sujeitos a aplicação de *Malus / Clawback*, ou seja, o Conselho de Administração da Companhia, por recomendação do Comitê de Remuneração e, após a avaliação do Comitê de *Malus / Clawback*, poderá aprovar reduzir até 100% do valor de cada participante nas hipóteses previamente aprovadas por Governança Interna.

12.1.4. Correlação entre avaliação de desempenho e remuneração

O Banco Santander Brasil possui programas de Remuneração Variável específicos para áreas comerciais com força de vendas que mensuram resultados de curto/ médio prazo. Cada programa possui um regulamento desenhado de acordo com a estratégia do Negócio e respectivo segmento, aprovado pela governança estabelecida, com a participação das áreas de Compliance, Recursos Humanos e Finanças. O pagamento é feito de forma mensal, semestral ou anual.

Já as áreas de apoio possuem um programa de Remuneração Variável Anual, que englobam os membros da Diretoria Executiva, cujo objetivo é reconhecer, através da meritocracia, os melhores desempenhos na Organização. Esse programa, leva em consideração os seguintes critérios:

- O desempenho individual: medido através da ferramenta institucional de avaliação de desempenho e contempla indicadores quantitativos e qualitativos. O período de contratação de metas é realizado no início do ano, com a revisão semestral e atribuição de nota de desempenho ao final do ano;
- O desempenho da unidade de negócios: medido através de ferramenta institucional de avaliação e reflete os desafios da área no exercício. Tem seus indicadores e metas aprovadas pelo Comitê Executivo e acompanhado mensalmente pela Vice-Presidência de Finanças;
- O desempenho da Instituição como um todo.

As áreas de Controle Interno e de Gestão de Risco seguem a mesma política de remuneração que as outras áreas do Banco Santander Brasil, sendo que os indicadores de desempenho utilizados para determinar o resultado, são indicadores das próprias áreas, não tendo relação com o desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse. A avaliação do Diretor de Auditoria é feita pelo Conselho de Administração.

As metas da equipe de Auditoria e da equipe Compliance são determinadas exclusivamente pela performance das áreas e dos indivíduos que as compõem, em relação às metas estabelecidas para cada um e para o time. Nenhuma de tais metas estará relacionada à performance das áreas de negócios ou da Companhia como um todo, assegurando que não haverá conflito de interesses. O Diretor de Auditoria Interna assim como o Diretor de Compliance têm suas metas revisadas e aprovadas pelo Comitê de Remuneração.

Para garantir o correto controle e assim promover as condutas e comportamentos de um Banco responsável, as equipes comerciais elegíveis aos programas específicos e todos os funcionários e

administradores das áreas de controle como Riscos, Auditoria, Compliance, Controladoria e Controle Gestão possuem um teto de remuneração variável anual, correspondente a 100% da remuneração fixa anual recebida (incluindo benefícios e previdência).

Material Risk Takers (MRT)

O Banco Santander Brasil possui uma metodologia estruturada para mapeamento dos funcionários/administradores que são potenciais tomadores de risco (Material Risk Takers).

Esta metodologia tem sua base na regulamentação Europeia Capital Requirements Directive - IV, que entrou em vigor com o Regulamento Delegado (UE) 2021/923, de 25/03/2021, complementando a regulamentação Europeia Capital Requirements Directive – IV, vigente desde janeiro de 2014 que, não somente define os critérios, senão também estabelece recomendações de práticas de remuneração para desestimular a tomada de risco excessiva, como o diferimento e máximos de remuneração variável, que corresponde a 2 vezes a remuneração fixa anual recebida (incluindo benefícios e previdência).

Para a identificação, está estabelecido processo anual, realizado sobre a totalidade de funcionários, inclusive altos diretivos, conselheiros e membros independentes do Banco Santander Brasil através da aplicação de claros critérios qualitativos e quantitativos definidos que são aplicados aos funcionários das sociedades e unidades de negócios de acordo com a sua relevância.

12.1.5. Diferimento

Atualmente, o Banco Santander Brasil possui 2 modelos de Diferimento:

12.1.5.1. Modelo para o público Material Risk Taker

A remuneração variável anual deste público é paga da seguinte forma:

30%	À vista em Dinheiro
30%	À vista em Units SANB11 (com lockup de 1 ano)
20%	Diferido em Dinheiro em 3 parcelas iguais
20%	Diferido em Units SANB11 em 3 parcelas anuais iguais (com lockup de 1 ano)

O percentual de diferimento dependerá também do nível de compensação variável recebido no exercício, sendo como critério mínimo o acima apresentado.

12.1.5.2. Modelo para os demais funcionários

Os funcionários que não são Material Risk Takers também são elegíveis ao modelo de diferimento aplicável, de acordo com a função e com o patamar de compensação variável. A remuneração diferida é paga 50% em dinheiro, e 50% em ações (Units SANB11), com lockup de 1 ano.

Para todos os modelos de diferimento, aplicam-se os critérios de *Malus/Clawback*.

12.2. REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

Em R\$ milhões	dez-21	
	Diretoria	Conselho de administração
Remuneração fixa		
1 Número de pessoas	86	5,58
2 Total da remuneração fixa	174,1	5,9
3 Da qual: em espécie	102,9	5,5
4 Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
5 Da qual: outras formas de remuneração	71,2	0,4
Remuneração variável		
6 Número de pessoas	82,83	-
7 Total da remuneração variável	239,4	-
8 Da qual: em espécie	122,1	-
9 da qual: diferida	53,9	-
10 Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	114,6	-
11 da qual: diferida	51,4	-
12 Da qual: outras formas de remuneração	2,7	-
13 da qual: diferida	2,3	-
14 Remuneração total	413,5	5,9

12.3. REM2: Pagamentos extraordinários

Conforme previsto na Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, prevê em seu art. 3º, § 4º, a tabela REM2 não será publicada mantendo preservadas as cláusulas de confidencialidade funcionário – instituição financeira. Devido ao pequeno número de casos, a divulgação requerida pode revelar os valores pagos a determinado executivo, ferindo a confidencialidade de informações pessoais.

12.4. REM3: Remuneração diferida

Em R\$ milhões	dez-21				
	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria					
Em espécie	91,8	91,5	-	8,6	32,3
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	107,3	106,8	-	10,8	34,7
Outros	-	-	-	-	-
Conselho de administração					
Em espécie	4,3	4,3	-	0,2	1,9
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	4,9	4,9	-	0,2	2,6
Outros	-	-	-	-	-
Total	208,3	207,5	-	19,4	71,4

13. Outros riscos

13.1. Risco de concentração

As exposições podem surgir dentro ou entre diferentes categorias de risco em toda a Instituição com potencial de gerar: (i) perdas grandes suficientes para ameaçar a saúde da Instituição ou afetar a capacidade de manter as principais operações; ou (ii) alterar o perfil de risco da Instituição.

O risco de concentração é um fator essencial na gestão do risco de crédito e por isso é monitorado continuamente. Aspectos como setor econômico, concentração de risco em determinados grupos de clientes e produtos, são avaliados mensalmente como parte do exercício de *Apetite ao Risco*.

Este risco é originado da diversificação imperfeita dos portfólios de crédito, podendo derivar da “concentração individual” (diversificação incompleta do risco idiossincrático do tomador) e da “concentração de setor” (existência de fatores de riscos sistemáticos múltiplos, geralmente relacionados aos setores da economia e outras fontes como origem, como localização geográfica ou fatores macroeconômicos).

A Divisão de Riscos do Banco atua juntamente com a Divisão Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (*hedge*) ou a execução de transações de securitização, a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo. As políticas adotadas que analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira são definidas no Comitê Executivo de Riscos.

13.1.1. A. Estrutura da Gestão de Riscos

O controle de risco de concentração seguirá a estrutura de funções e responsabilidades definida no Marco Geral de Riscos da Instituição, conforme descrito abaixo:

- 1ª Linha: Gestão do Risco - funções de negócios e suporte a negócios que geram riscos e têm uma responsabilidade primária para a gestão desses riscos.
- 2ª Linha: Controle e Supervisão de Risco - funções de controle de risco que controlam as exposições aos riscos, proporcionam supervisão e questionamentos, além de permitirem uma visão holística do risco em todo o negócio.
- 3ª Linha: Avaliação do Risco - auditoria interna que proporciona uma revisão independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizacional separada e um nível de independência, elas deverão cooperar, sempre que necessário, para garantir que os objetivos dos negócios sejam alcançados.

Cabe as áreas responsáveis pelo risco de concentração:

- Revisar de forma independente o comportamento dos indicadores de risco, avaliando e questionando a evolução das exposições junto as funções que geram e gerenciam os riscos.
- Verificar de maneira independente se o perfil de risco de concentração da Instituição se mantém dentro dos níveis estabelecidos, além de disponibilizar esta informação à função de Controle do *Apetite ao Risco* para integração nos informes de acompanhamento da visão consolidada de Riscos.

- Apresentar as informações de risco de concentração em fóruns especializados que avaliem os principais riscos e oportunidades, a fim de obter um contraste de opiniões. Estes fóruns contarão com a participação das funções de primeira linha de defesa e avaliarão de forma periódica a evolução dos elementos mais relevantes relacionados ao risco de concentração da Instituição.
- Elaborar com a periodicidade adequada um informe que resuma a evolução do perfil do risco de concentração e os fatos mais relevantes relacionados.
- Avaliar de maneira independente as propostas formuladas para mitigação de risco e, se oportuno, propor melhorias às mesmas ao Comitê Executivo.
- Avaliar a aderência às Resoluções 4.557 e 4.667 do Banco Central do Brasil (BCB).

13.1.2. B. Políticas de Riscos

O modelo de risco de concentração da Instituição tem como objetivo determinar os níveis máximos de concentração que a instituição está disposta a assumir no desenvolvimento de suas atividades e considerando seus planos de negócio e estratégicos.

Além disso, define os princípios a serem seguidos pela gestão e controle do risco de concentração, os aspectos funcionais e de governança, os principais processos associados e os instrumentos que permitam o desenvolvimento e a implementação adequados.

13.1.3. C. Gerenciamento de Riscos

O risco de concentração é avaliado por métricas quantitativas e qualitativas, que são diretamente relacionados a indicadores-chave de gestão. Essas métricas são acompanhadas mensalmente pela função de Appetite ao Risco e devem ser compreensíveis para todos os envolvidos, facilitando a integração à gestão de cada um dos modelos de negócios.

Atualmente, a Instituição possui e acompanha as métricas descritas abaixo:

- Máxima exposição de contrapartes (grupos);
- Concentração setorial;
- Exposição por segmento e produtos;
- Exposição por data de vencimento e acompanhada por segmentos;
- Exposição dos setores sensíveis;
- Redes regionais do segmento Varejo PF, acompanhamento por produtos das principais redes;
- Quantidade de clientes nos segmentos do Varejo.

O cálculo das métricas de concentração é monitorado constantemente e os clientes dos segmentos Atacado e Varejo PJ são inseridos em grupos conglomerados, abordando o conceito de mensuração das contrapartes conectadas.

13.2. Risco de crédito das operações de mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações realizadas com clientes executadas via produtos de financiamento no mercado monetário e instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado global que permite ao Banco saber o limite de exposição utilizado com relação a qualquer contraparte, produto e vencimento em qualquer unidade corporativa. O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado (MTM) e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado).

Assim, o risco equivalente de crédito (REC) é definido como o somatório do valor de reposição líquido atual acrescido do valor potencial máximo dos contratos. Além do risco equivalente de crédito também é calculada como métrica os saldos de CVA e DVA por contrapartida, que refletem o valor de mercado do risco de crédito de contrapartida, e cujo valor depende do perfil de exposição presente e futura esperada da contrapartida, da probabilidade de default associada e da porcentagem esperada de recuperação do instrumento em caso de default.

13.3. Risco socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander segue a Resolução CMN 4.327/2014 e o Regulamento SARB 14 da Febraban e estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais.

Como parte da governança desta política o Santander conta com o Grupo de Trabalho da PRSA, composto por representantes de várias áreas envolvidas na política, e com o Grupo Sênior da PRSA, composto pelos vice-presidentes de Riscos, Corporate, Recursos Humanos, Finanças e Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade; e também pelos diretores de Agronegócios e de Compliance. O Grupo Sênior participa da tomada de decisão estratégica em relação à PRSA e atua como um elo com o Comitê Executivo (COMEX).

O Santander conta, no âmbito de sua PRSA, com uma Política de Risco Socioambiental, atendendo à Resolução 4.327 do CMN, que estabelece diretrizes e procedimentos específicos para a análise de risco socioambiental na relação com clientes. Neste contexto, realiza a análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 5 milhões e que fazem parte dos 14 setores considerados como de atenção socioambiental pelo Santander. Além disso, desde 2009 o Santander é signatário dos Princípios do Equador, conjunto de diretrizes empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Focando na evolução da gestão de risco e na contribuição do desenvolvimento da economia sustentável, o Banco Central do Brasil publicou em 2021 as resoluções CMN nº 4.943, que traz novas diretrizes para o tratamento e gestão dos riscos social, ambiental e climático, e CMN nº 4.945 que atualiza a PRSA (Política de Riscos Socioambiental) alterando-a para PRSAC (Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática) e revogando a 4327/2014, com novos itens de observância e estabelecendo, através da resolução BCB nº 151/21, disposições sobre a remessa de informações.

Para o atendimento dessas resoluções, que entrarão em vigor em julho de 2022, o Banco Santander Brasil, comissionou uma equipe multidisciplinar, que conta com profissionais das áreas correlatas aos temas, sendo:

- Sustentabilidade, que atua inclusive na identificação prospectiva de mudanças climáticas, sociais, ambientais, ações afirmativas e conformidades com iniciativas de entidades

independentes, envidando esforços no atendimento aos compromissos sociais assumidos pela instituição;

- Risco Socioambiental, que operacionaliza as análises e os controles e participam no processo decisório de concessão de crédito, observando critérios sedimentados de controle e monitoramento de intercorrências nos clientes no âmbito de seu escopo e perímetro de monitoramento;
- Gestão integradas de riscos, equipe responsável, entre outras ferramentas, pelo apetite ao risco do Banco, e que atua no monitoramento dos riscos quanto na transversalidade e seus impactos, promovendo a governança de reporte não apenas em esferas executivas, mas também junto ao “board”;

O grupo comissionado terá por objetivo promover a integração dos temas na gestão e respectivo reporte. Para produzir efeitos no atendimento aos normativos, terá como principais iniciativas: a avaliação da governança, dos processos e atividades vigentes à luz das diretrizes promulgadas das novas resoluções. Coordenará as necessárias integrações entre as 1ª e 2ª linha de defesa, conforme necessidade identificada, e deverá assegurar a integração tecnológica para fins remessa ao Banco Central do Brasil e reportes de gerenciamento.

A atividade bancária também pode envolver o risco de inadequação na concessão ou no uso do crédito. Com o objetivo de buscar a reorganização financeira e evitar a inadimplência, o Santander define limites de crédito que consideram a renda e a capacidade de pagamento de cada um e conta com iniciativas para oferecer linhas de crédito mais seguras e propor refinanciamento de dívidas.

Já no relacionamento com seus fornecedores, o Santander conta com políticas e procedimentos internos relacionados à conformidade, utilizados desde o processo de concorrência, homologação e contratação, bem como durante a vigência dos contratos. São exemplos o Marco Corporativo de Outsourcing e Acordos com Terceiros, a Política de Homologação de Fornecedores, o Código de Conduta de Fornecedores, e cláusulas contratuais sobre responsabilidade socioambiental, onde as diretrizes do Pacto Global — iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) — fundamentam tais documentos.

A contratação de um serviço ou aquisição de bens é realizada com fornecedores homologados que devem atender requisitos mínimos de idoneidade legal, fiscal, tributária e reputacional, além de questões ambientais e sociais. Durante o processo de homologação de fornecedores considerados relevantes são analisados seus riscos inerentes, afim de determinar a avaliação de risco final e os mecanismos e controles de mitigação. Esta análise envolve as seguintes naturezas de riscos: Continuidade de Negócio, Cybersegurança, Segurança Física, Facilities e Proteção de Dados.

Durante a prestação do serviço há um processo de monitoramento periódico que permite gerenciar a exposição ao risco envolvendo fornecedores. São avaliados temas tais como situação trabalhista, tributária, fiscal, reputacional, eventos relevantes relacionados a riscos operacionais, envolvimento com trabalho escravo e punições aplicadas pelo poder público. O Fórum de Fornecedores acompanha e delibera sobre cada caso.

13.4. Risco operacional

A área de Riscos Operacionais e Controles Internos, subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos, atua de forma independente e conta com diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia e do Banco Central do Brasil para o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da inadequação ou falha de processos, pessoas e sistemas, ou por eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

O Risco Operacional é inerente aos produtos, atividades, processos e sistemas, e os princípios e diretrizes deste documento são aplicáveis a todos eles, sem prejuízo do desenvolvimento de regulamentações específicas para determinadas atividades, que definirão o escopo exato em cada caso.

As categorias nas quais se classificam os eventos de Risco Operacional e sua definição básica, de acordo com as disposições das regras de Basileia, são:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Práticas de emprego, saúde e segurança no trabalho;
- Práticas com clientes, com produtos e de negócio;
- Danos em ativos físicos;
- Interrupção do negócio e falhas nos sistemas;
- Falhas na execução, entrega e gestão dos processos

14. Glossário

AIRB: Advanced Internal Rating Based. Métodos de mensuração avançada para cálculo de capital de risco de crédito

ALCO: Asset Liability Committee (Comitê de Administração de Ativos e Passivos)

BACEN: Banco Central do Brasil

Backtesting: Procedimento de validação e calibragem dos modelos utilizando dados históricos

BIS II: Acordo assinado no âmbito do comitê de Basileia em 2004 e revisado em 2006 que define os critérios para cálculo do capital mínimo exigido para as Instituições Financeiras

BM&F: Bolsa de mercadorias e futuros

Capital Econômico: Capital necessário para absorver perdas inesperadas até determinado nível de confiança

CDS: Credit Default Swap

CIVIR: Área de Controle Integral e Validação Interna de Riscos

CMN: Conselho Monetário Nacional

COSO: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Organização privada criada nos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações contábeis da empresa)

FTC: Ficha técnica de cobertura

GCB: Global Corporate Banking

GRC: Grupo para resposta às crises

Hedge: Instrumento ou posição que visa proteger operações financeiras contra o risco de variações no preço/valor de determinado ativo

ICAAP: Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (do inglês, Internal Capital Adequacy Assessment Process)

LGD: Loss Given Default (Perda decorrente de inadimplência)

MCI: Modelos de Controles Internos

NIM: Sensibilidade da margem financeira

PD: Probabilidade de Inadimplência

PF: Pessoa Física

Pilar II: Define os requisitos de gestão e procedimentos do regulador no Novo Acordo de Capitais (BIS II).

Pilar III: Recomenda a publicação das informações de Basileia favorecendo a disciplina de mercado e a transparência de informações de gestão de riscos

Ratings: Classificação da situação financeira de uma empresa

RORAC: Retorno sobre o capital ajustado ao risco

Scores: Pontuação/classificação dos clientes e das operações para risco de crédito

SOX: Lei Sarbanes Oxley (Criação de mecanismos de controles, auditoria e segurança confiáveis nas empresas)

Var: Medida de risco adotada para verificar a perda máxima para determinado intervalo de confiança

VPE: Vice-Presidência Executiva